

**RELATÓRIO ANUAL  
1984**





PRESIDENTE DA REPÚBLICA

JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

MINISTRA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE—FAE

JOÃO FELÍCIO SCARDUA

DIRETOR—SUPERINTENDENTE

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DIRETORA DE PLANEJAMENTO

MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLI

DIRETOR DE APOIO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

VALTER RODRIGUES VELOSO

DIRETORA DE APOIO DIDÁTICO—PEDAGÓGICO

ZELI ISABEL ROESLER

DIRETOR DE APOIO COMPLEMENTAR

GENUINO BORDIGNON

DIRETORA DO INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO

REGINA ALMEIDA

RELATÓRIO ANUAL DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

— 1984 —

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

RELATÓRIO ANUAL – FAE – 1984.

BRASÍLIA, 1985, 48 p.

Inclui Tabelas e Gráficos.

CDU: 061.27(047.3)



## ÍNDICE

### RELATÓRIO ANUAL DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE/1984

	PÁGINAS
I. APRESENTAÇÃO .....	5
II. A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE .....	7
II. 1. Antecedentes .....	7
II. 2. Estrutura Organizacional .....	7
III. A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE .....	9
III. 1. Políticas e Diretrizes .....	9
III. 2. O Plano Integrado de Assistência ao Estudante (PIAE) .....	10
III. 3. Linhas de Ação/Programas .....	11
3.1. Programa de Alimentação Escolar (PNAE) .....	11
3.2. Programa Editorial .....	17
3.3. Programa de Material Escolar .....	19
3.4. Programa de Módulos Escolares .....	20
3.5. Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental — PLIDEF — .....	22
3.6. Programa de Bolsas de Estudo de 1º e 2º Graus .....	25
3.7. Programa de Bolsas de Trabalho para o 2º Grau .....	28
3.8. Programa de Residências Estudantis .....	30
3.9. Programa de Salas-de-Leitura .....	31
3.10. Programa de Saúde Escolar .....	33
3.11. Programas Especiais .....	34
3.11.1. Projeto GETAT — Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins .....	34
3.11.2. Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste — EDURURAL — NE III Acordo MEC/BIRD .....	34
3.11.3. Programa Monhangara — V Acordo MEC/BIRD .....	34
3.12. Programa de Pesquisas Educacionais .....	35
IV. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO .....	37
V. DESEMPENHO ADMINISTRATIVO .....	43
VI. CONCLUSÃO .....	47

## I APRESENTAÇÃO

Com o presente Relatório apresentamos as realizações da Fundação de Assistência ao Estudante/Ministério da Educação e Cultura, no exercício de 1984, integradas em seus objetivos e estratégias de ação.

Instituída em 1983, a Fundação de Assistência ao Estudante — FAE consolidou-se, em 1984, a partir das Diretrizes da Ministra de Estado da Educação e Cultura, Professora Esther de Figueiredo Ferraz, emanadas do Governo JOÃO FIGUEIREDO, as quais nortearam as ações sócio-educacionais e administrativas enunciadas no nosso discurso de posse, em 5 de janeiro de 1984, e, efetivamente, realizadas no transcurso do exercício.

Já no mês seguinte à nossa posse, foi aprovado o Regimento Interno da FAE, dotando-a de uma estrutura organizacional mais dinâmica, voltada para os seus objetivos e responsabilidades, junto ao alunado carente da pré-escola e das escolas de 1.º e 2.º graus.

O reconhecimento de que não basta a oferta de escolas para assegurar o preceito constitucional da Educação Básica tem se constituído no fundamento dos Programas de Assistência ao Estudante, cujas ações foram desenvolvidas, no sentido de ampliar, ao aluno, as oportunidades de acesso à escola; de prover os meios para nela manter-se; e de melhorar a qualidade do ensino, com a conseqüente elevação dos índices de aproveitamento, e rendimento escolar.

No processo de tomada de decisão foram chamados a colaborar técnicos e autoridades com larga experiência no campo da educação, os quais emprestaram sua participação, na consolidação das políticas e diretrizes estabelecidas para a assistência ao estudante. Ainda, neste processo, especial posição ocuparam os Secretários de Educação de todas as Unidades da Federação, que propuseram, ouviram, reivindicaram, e contribuíram para que fosse definida a configuração organizacional do Sistema de Assistência ao Estudante, suas estruturas básicas, seus métodos de trabalho e de comportamento institucional, tendo em vista não só os padrões de eficiência e eficácia das ações de assistência ao estudante, mas, sobretudo, o mais alto interesse do país — a criança brasileira.

Das diretrizes recebidas da Senhora Ministra de Estado da Educação e Cultura, quando de nossa posse no cargo de Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante, em janeiro de 1984, todas foram absorvidas, defendidas, e viabilizadas pelos agenciadores do processo, seja a nível de Estado ou de Município, e os resultados, ora retratados, são testemunhos do quanto podem produzir a articulação, a integração e a cooperação técnica.

Dentro dessa perspectiva vislumbramos e trabalhamos, no sentido de fazer da FAE uma instituição mais dinâmica, redimensionando a visão paternalista da assistência, para uma ação sócio-educativa, cuja repercussão pudesse ter um efeito, também, de natureza econômica. As indicações aqui apresentadas demonstram o esforço e o exercício de tudo a que nos dispomos fa-

zer, construir e, sobretudo, SERVIR. Servir a uma política educacional e, neste contexto, a assistência ao estudante, que buscou centrar no HOMEM os benefícios dessa ação; servir à criança brasileira, certos de que a medida de nossa dignidade está na nossa própria capacidade de servir bem.

Reafirmamos aqui, que as linhas-mestras que orientaram nossa conduta foram o TRABALHO, a HONESTIDADE e a INTEGRIDADE e, é com essa consciência, que encerramos as atividades do exercício de 1984. Diante deste quadro de realizações, possivelmente prioridades outras emergirão, e estratégias alternativas novas poderão ser indicadas, conduzindo a um maior aperfeiçoamento das ações de assistência ao estudante.

João Felício Scárdua  
Presidente



## **II. A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE**

### **II.1. Antecedentes**

A Fundação de Assistência ao Estudante — FAE é o resultado da fusão do Instituto Nacional de Assistência ao Educando — INAE, criado em 1981, a partir da Campanha Nacional de Alimentação Escolar — CNAE, que, por sua vez, já incorporava as atividades do ex-Departamento de Assistência ao Estudante — DAE/MEC, com a Fundação Nacional de Material Escolar — FENAME, a qual teve alterada a sua denominação, e ampliadas as suas funções.

Foi, então, instituída, pela Lei 7.091, de 18 de abril de 1983, a Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, órgão do Ministério da Educação e Cultura — MEC, com a finalidade de apoiar a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus — SEPS/MEC desenvolvendo os programas de assistência ao estudante, nos níveis da educação pré-escolar, e de 1.º e 2.º Graus, para facilitar o processo didático-pedagógico.

### **II.2. Estrutura Organizacional**

A Fundação de Assistência ao Estudante tem a seguinte organização, de acordo com os seus Estatutos e Regimento:

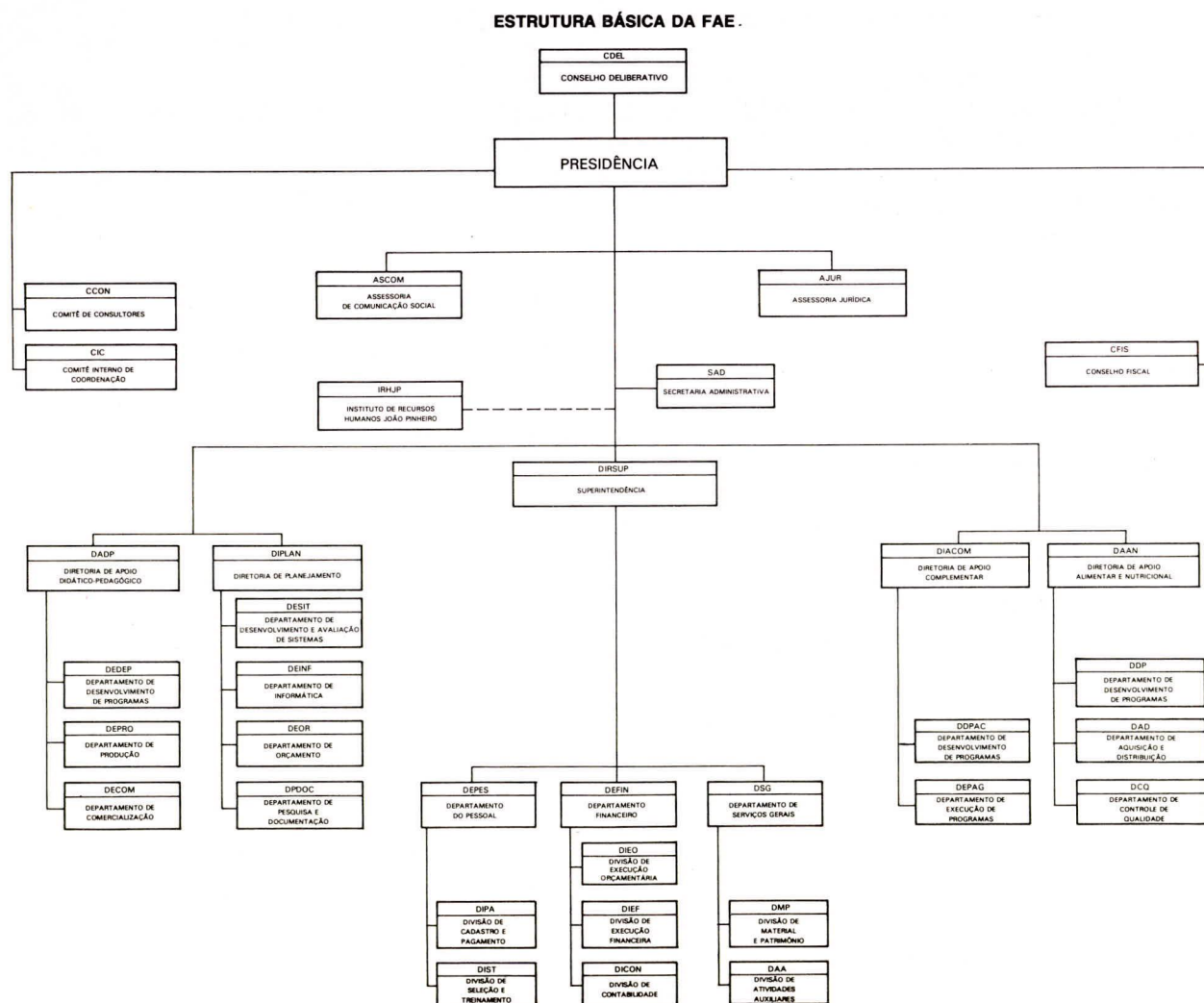
1. Conselho Deliberativo
2. Conselho Fiscal
3. Presidência
  - Secretaria Administrativa
  - Assessoria de Comunicação Social
  - Assessoria Jurídica
4. Superintendência
5. Diretorias, com as seguintes competências básicas:
  - 5.1. Diretoria de Apoio Didático-Pedagógico—propor e desenvolver a política de editoração, e de apoio instrucional, bem como coordenar as atividades de aquisição, produção, venda e distribuição de material didático-pedagógico.
  - 5.2. Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional — propor e desenvolver a política de apoio nutricional e, coordenar as atividades de aquisição, distribuição, e controle de qualidade dos produtos alimentares

- 5.3. Diretoria de Planejamento — formular propostas de políticas e de diretrizes para o Sistema de Assistência ao Estudante, e definir instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas
- 5.4. Diretoria de Apoio Complementar — desenvolver as políticas de apoio complementar ao processo de escolarização
6. Atividades Administrativas
  - 6.1. Departamento Financeiro
  - 6.2. Departamento de Pessoal
  - 6.3. Departamento de Serviços Gerais

Integra, ainda, a estrutura da Fundação, o Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro — IRHJP, com Regimento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e vinculado à Presidência.

A Presidência do Órgão, conta, também, para o desempenho de suas funções, com o apoio do Comitê de Consultores e do Comitê Interno de Coordenação. O primeiro, é formado de especialistas nas áreas finalísticas da FAE, e o Comitê Interno de Coordenação, além do Presidente, é formado pelo Diretor-Superintendente e os demais Diretores.

As Diretorias se subdividem em Departamentos e, estes, em divisões, conforme a natureza de seu trabalho, visualizados no organograma, a seguir.



### **III. A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE**

#### **III.1. Políticas e Diretrizes**

A Fundação de Assistência ao Estudante — FAE foi instituída como principal instrumento do Ministério da Educação e Cultura, para a execução da Política Nacional de Assistência ao Estudante, nos níveis da educação pré-escolar e de 1º e 2º Graus.

As suas políticas e diretrizes estão alicerçadas naquelas estabelecidas pelo Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos — III PSECD/MEC — 1980/85, e nas prioridades definidas pela Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus — SEPS/MEC, em articulação plena com as Secretarias Estaduais de Educação, e demais órgãos e instituições envolvidos no Sistema de Assistência ao Estudante.

A atual Administração da FAE viabilizou as seguintes diretrizes institucionais estabelecidas para 1984:

- “1. Consolidar a implantação da Entidade.
2. Assegurar a descentralização das ações da FAE.
3. Ampliar a assistência ao estudante, utilizando todos os instrumentos disponíveis, e em todas as áreas de atuação previstas nos atos constitutivos da Fundação.
4. Melhorar, continuamente, a qualidade dos serviços de assistência ao estudante, para isto lançando mão, não só de todo o conhecimento técnico já difundido, mas também de todos os meios possíveis na administração pública e privada, nos níveis federal, estadual e municipal.
5. Estimular e recorrer ao máximo à produção local, inclusive das micro-empresas.
6. Incentivar e abrir espaço para uma contínua participação da comunidade nas atividades de definição e de realização da assistência ao estudante.
7. Buscar, sem descanso, uma ação integrada com os órgãos do MEC e de outros Ministérios, com as administrações estaduais e municipais, e com a iniciativa privada”.

Concretizando estas Diretrizes, foram priorizadas as linhas básicas de trabalho buscando meios, e esforços para atingir, com maior eficiência e eficácia, os objetivos e as metas estabelecidos para o Sistema de Assistência ao Estudante.

As estratégias de descentralização e regionalização das ações deste Sistema foram objeto de especial esforço, no sentido de promover as condições para uma maior participação da Famí-



lia, Comunidade, Município, e do Estado nas atividades educacionais incluídas, neste contexto, as de assistência ao estudante.

A descentralização não se configurou numa simples transferência de responsabilidades, a partir de uma decisão unilateral. Foi exercitada como um processo amplamente negociado com os governos dos Estados e Municípios comportando, ainda, o entendimento de que estes detêm maiores condições para executar, com mais competência, as ações dos programas de assistência ao estudante.

A regionalização, uma decorrência da descentralização, ocorreu no próprio processo de implementação das ações dos programas, com ênfase para um maior respeito à cultura local, aos hábitos alimentares, e aos autores regionais. Hoje, dentre os resultados concretos destacam-se a indicação do livro pelo próprio professor; a programação da Alimentação Escolar emergindo das necessidades indicadas pela ESCOLA → MUNICÍPIO → ESTADO → UNIÃO; e a regionalização do processo de aquisição de gêneros básicos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, com a participação da FAE, COBAL, Coordenações dos PEAES/SECs, e de outros organismos vinculados ao setor agropecuário e industrial, nos Estados/Municípios.

A estratégia de integração relevou o apoio, a participação efetiva, e a contribuição de instituições que, de alguma maneira, se acham engajadas no Sistema de Assistência ao Estudante, como Universidades, Projeto Rondon, LBA, MOBRAL, Associações de Classe, Sindicatos, Cooperativas, e de demais órgãos e entidades públicas e privadas, visando concentrar esforços num mesmo sentido: o de ampliar e fortalecer as ações de assistência ao estudante, que têm como foco básico o alunado carente.

Também, foram centrados esforços, no sentido de se dar um maior suporte metodológico e científico aos Programas seja, através da administração, coordenação do desenvolvimento, controle e avaliação dos processos de coleta, tratamento, armazenamento, geração e disseminação de documentos e de dados sobre a Organização, seja através de debates, discussões, e reflexões sobre a eficácia das ações de assistência ao estudante, e suas repercussões na política educacional. A exemplo disso, a “Mesa Redonda” realizada em Brasília, com a participação de renomados educadores, e pesquisadores representantes de Universidades e Instituições de Pesquisa do País.

A participação comunitária, cada vez mais expressiva nos programas de assistência ao estudante, se constitui numa das prioridades estabelecidas pela FAE, que vem encaminhando suas ações, no sentido de buscar um maior engajamento das bases no processo de tomada de decisões, abrangendo desde o levantamento de necessidades, definição de prioridades, até a avaliação de resultados.

Como se observa, as políticas e diretrizes estabelecidas para a FAE se consolidam num contínuo, na medida em que vão sendo internalizadas pela cultura institucional.

## **II.2. Plano Integrado de Assistência ao Estudante — PIAE**

Estabelecidas as políticas e diretrizes básicas dos programas de assistência ao estudante restava, para a sua concretização, a definição de uma estratégia de ação, capaz de permitir uma integração de intenções e objetivos nos seus diferentes níveis de execução.

Do ponto de vista do planejamento, incluindo-se desde a concepção, até a realização das idéias, foi definida a estratégia do Plano Integrado de Assistência ao Estudante — PIAE, que representou um esforço de organização, coordenação, e controle, em nível local, dos recursos físicos, humanos, financeiros, institucionais, e de outros disponíveis para o Sistema de Assistência ao Estudante.

O PIAE representou, também, respostas ao desafio de integrar, de forma concreta, as ações de assistência ao estudante, que permitiram ao escolar, não somente, oportunidades de acesso à escola mas, sobretudo, a garantia de nela ingressar, e manter-se com aproveitamento, pelo menos, até à conclusão do nível que compreende a Educação Básica.

No decorrer deste exercício, para a implementação desta estratégia, foram realizadas reuniões técnicas junto às Secretarias Estaduais de Educação, com a participação de Dirigentes e Técnicos da FAE, para orientar a elaboração do PIAE de cada Unidade Federada, com base no



Documento: PLANO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE — PIAE/85 — LINHAS BÁSICAS DE AÇÃO. O referido trabalho desencadeou-se a partir de um Roteiro Básico, auxiliar e facilitador do processo, para que as Equipes Técnicas das SECs/UFs pudessem cumprir a meta estabelecida, ou seja a elaboração de uma Proposta de Plano Integrado. Todas foram analisadas, discutidas e negociadas durante o ano, e tiveram as bases de sustentação financeira definidas, em convênios assinados com os Governadores e Secretários de Educação dos Estados, Territórios Federais, e Distrito Federal, para execução em 1985.

Consolidada a sistemática de planejamento, resta, agora, a atenção e o esforço dos gerenciadores do processo, nos níveis federal, estadual, e municipal, para a implementação das ações propostas nos PIAEs/UFs e, conseqüentemente, no Plano de Assistência ao Estudante/FAE — exercício de 1985.

### III.3. Linhas de Ação/Programas

Os pressupostos básicos para a consolidação das políticas estabelecidas pela FAE se acham consubstanciados nas linhas de ação que se seguem:

- fortalecimento das atividades das SECs/UFs na execução dos Programas/Projetos/Atividades de Assistência ao Estudante;
- expansão do atendimento às carências da clientela da Educação Básica, prioritariamente, o pré-escolar, e o escolar de 1.º e 2.º Graus;
- descentralização, regionalização e integração dos Programas, Projetos e Atividades do Sistema de Assistência ao Estudante;
- utilização dos recursos locais — físicos, humanos, financeiros, institucionais, e outros;
- envolvimento participativo da Família, Comunidade, Município, Estado, União;
- identificação de novas fontes de captação de recursos;
- assessoramento às Equipes Técnicas das SECs/UFs, no desenvolvimento das atividades de Assistência ao Estudante; e
- atendimento prioritário às áreas da periferia urbana e rural, e aos bolsões de pobreza, localizados nos grandes centros e capitais.

Estas linhas de ação nortearam o estabelecimento das estratégias específicas de cada programa, de forma a torná-los capazes de propiciar ao aluno condições de ingresso, permanência na escola, e a melhoria do desempenho escolar.

#### 3.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE

<b>Objetivos/Metas</b>	Oferecer alimentação aos pré-escolares, e escolares do 1.º Grau da Rede Oficial de Ensino — Federal, Estadual e Municipal — e instituições filantrópicas.  Contribuir para a suplementação das necessidades nutricionais do escolar durante o seu período de permanência na escola, para a otimização da frequência escolar, durante o período letivo; e para a melhoria do desempenho no processo ensino-aprendizagem.
<b>Desempenho no Período</b>	Para a execução do programa, no exercício de 1984, a FAE contou com recursos da ordem de Cr\$ 272,9 bilhões, o que corresponde a 75,2% dos recursos globais. Deste total, Cr\$ 246,8 bilhões foram destinados à aquisição de gêneros alimentícios, o correspondente a 90,4% dos recursos alocados. O restante, Cr\$ 26,0 bilhões, foi gasto com ações de apoio operacional do pro-

grama, tais como controle de qualidade, armazenagem, transporte, taxa de administração da COBAL, e cooperação técnica. A principal fonte financiadora do programa foi o Finsocial, que contribuiu com cerca de 96,7% dos recursos postos à disposição do PNAE, ou seja, Cr\$ 264,1 bilhões, incluídos Cr\$ 25,5 bilhões de Saldos de Exercícios Anteriores. Há de se registrar, porém, que do total de recursos oriundos do Finsocial, Cr\$ 90,0<sup>(1)</sup> bilhões ficaram comprometidos para 1985, para a primeira compra de alimentos, visando suprir as necessidades iniciais do ano letivo. A Tabela 01 mostra a posição orçamentário-financeira do programa, no exercício.

TABELA 01. BRASIL – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PROGRAMADO, LIBERADO E A LIBERAR POR UF, POR TIPO DE DESPESAS – 1984

TIPO DE DESPESAS	UNIDADE FEDERADA	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (Cr\$ 1.000)		
		PROGRAMADO	LIBERADO	A LIBERAR (1)
TOTAL GERAL	BRASIL	272.970.320	183.690.320	(2) 89.280.000
● GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	BRASIL	246.780.158	166.500.158	80.280.000
	NORTE	20.240.292	12.340.292	7.900.000
	RO	2.177.258	1.277.258	900.000
	AC	1.290.444	790.444	500.000
	AM	5.124.975	3.124.975	2.000.000
	RR	824.421	424.421	400.000
	PA	9.385.797	5.885.797	3.500.000
	AP	1.437.397	837.397	600.000
	NORDESTE	89.684.324	62.984.324	35.700.000
	MA	11.734.979	8.734.979	3.000.000
	PI	9.038.286	5.238.286	3.800.000
	CE	18.038.501	10.738.501	7.300.000
	RN	6.433.818	3.533.818	2.900.000
	PB	9.689.713	5.989.713	3.700.000
	PE	14.257.916	8.757.916	5.500.000
	AL	4.087.913	2.587.913	1.500.000
	SE	3.848.754	2.348.754	1.500.000
	BA	21.554.444	15.054.444	6.500.000
	SUDESTE	55.956.754	41.115.754	14.850.000
	MG	37.886.341	27.886.341	10.000.000
	ES	7.054.831	4.754.831	2.300.000
	RJ	6.179.125	5.229.125	950.000
	SP	4.845.457	3.245.457	1.600.000
	SUL	45.205.910	33.540.910	11.665.000
	PR	19.605.469	14.405.469	5.200.000
	SC	11.296.498	8.196.498	3.100.000
	RS	14.303.943	10.938.943	3.365.000
	CENTRO OESTE	24.683.878	16.518.878	8.165.000
	MS	5.591.764	3.841.764	1.750.000
	MT	4.457.566	3.007.566	1.450.000
	GO	9.367.541	5.867.541	3.500.000
	DF	5.267.007	3.802.007	1.465.000
	PROGRAMAS ESPECIAIS (3)	—	—	2.000.000
● OBRAS E INSTALAÇÕES	BRASIL	388.309	388.309	—
● OPERACIONAIS (ARMAZENAGEM, TRANSPORTE, ETC.)	BRASIL	25.577.253	(4) 16.577.253	9.000.000
● SUBVENÇÕES SOCIAIS	BRASIL	103.600	103.600	—
● DESPESAS VARIÁVEIS (COOPERAÇÃO TÉCNICA/SUPERVISÃO)	BRASIL	121.000	121.000	—

FONTE: FAE/DAAN

(1) Recursos a serem liberados pelo BNDES (FINSOCIAL) nos meses de janeiro e fevereiro/85.

(2) Não inclui Cr\$ 720,0 milhões, destinados a cobrir despesas com o PASEP, o que totalizaria Cr\$ 90,0 bilhões, retidos em 1984 pelo BNDES (FINSOCIAL).

(3) Ainda não foi distribuído.

(4) Inclui Cr\$ 720,0 milhões destinados ao PASEP, correspondente aos Cr\$ 90,0 bilhões a serem liberados pelo BNDES (FINSOCIAL).

(1) Incluído neste valor Cr\$ 720,0 milhões, destinados a cobrir despesas com o PASEP.



O PNAE atendeu, neste exercício, a 20.837.586 estudantes da pré-escola, e do ensino de 1.º Grau, o que corresponde a 83% do total de alunos matriculados na Rede Oficial. Atingiu a 191.903 escolas (83%) de 4.021 municípios (98%), conforme demonstra a Tabela 02.

TABELA 02. BRASIL – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ATENDIMENTO A MUNICÍPIOS, ESCOLAS E ALUNOS – 1984

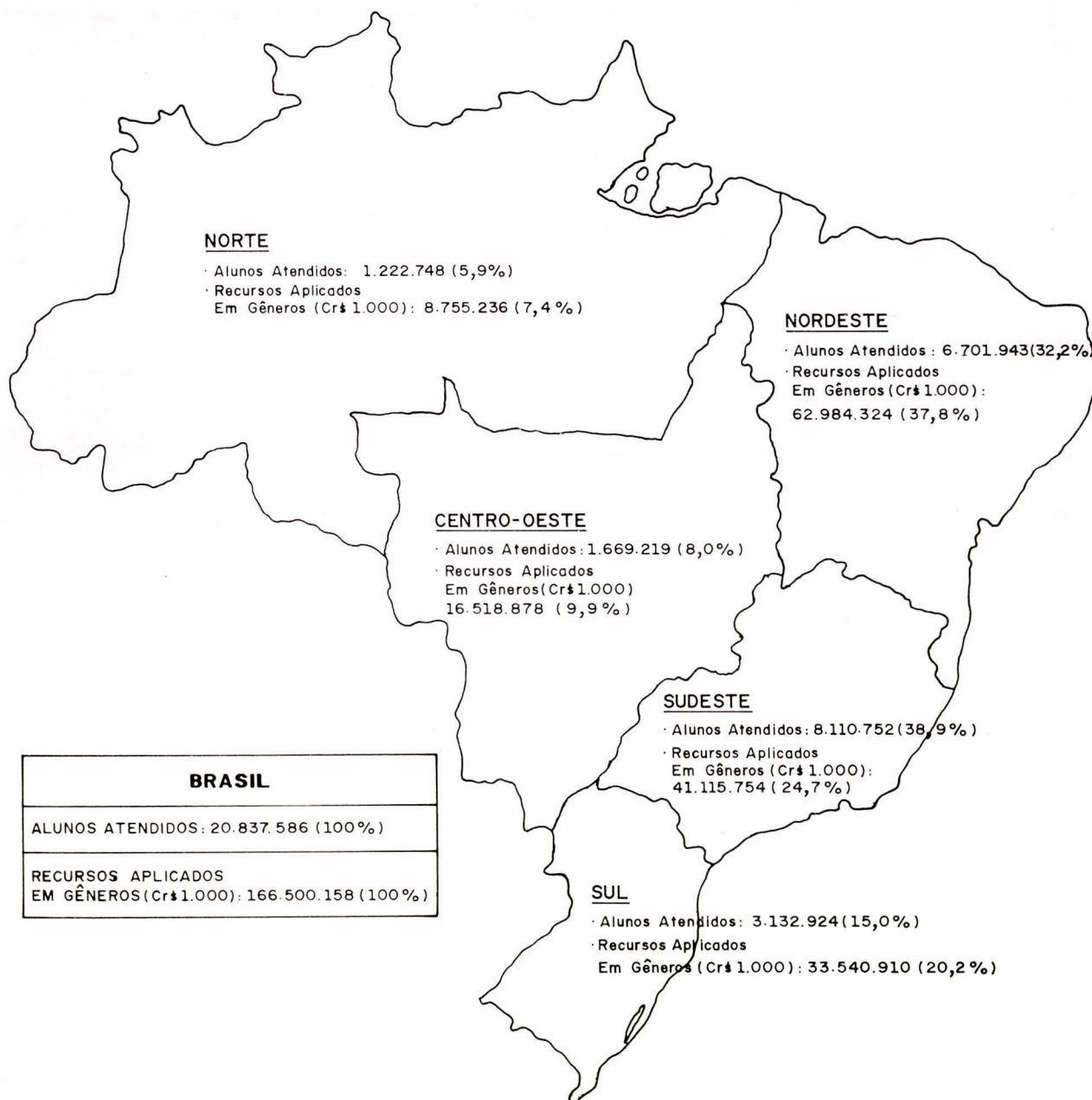
UNIDADE FEDERADA	MUNICÍPIOS			ESCOLAS			ALUNOS		
	EXISTENTES (A)	ATENDI DOS (B)	B/A (%)	EXISTENTES (C)	ATENDI DAS (D)	C/D (%)	MATRICULA DOS (E)	ATENDIDOS (F)	F/E (%)
BRASIL	4.103	4.021	98	225.001	191.903	85	25.081.520	20.837.586	83
NORTE	184	184	100	13.651	12.939	95	1.587.870	1.222.748	77
RO	13	13	100	1.869	1.828	98	135.648	121.895	90
AC	12	12	100	876	795	91	108.531	58.159	54
AM	59	59	100	2.715	2.662	98	430.658	332.215	77
RR	08	08	100	215	211	98	44.007	27.655	63
PA	87	87	100	7.651	7.123	93	782.800	614.850	79
AP	05	05	100	325	320	98	86.226	67.974	79
NORDESTE	1.384	1.334	96	94.603	75.262	80	8.328.278	6.701.943	80
MA	132	127	96	9.107	8.929	98	1.143.300	901.336	79
PI	115	115	100	7.154	2.198	31	681.860	648.377	95
CE	141	141	100	16.212	15.254	94	1.605.088	1.407.795	88
RN	152	151	99	4.315	4.111	95	557.754	463.556	83
PB	171	171	100	7.905	7.750	98	787.024	656.605	83
PE	167	167	100	10.728	7.044	66	1.051.240	1.000.526	95
AL	96	96	100	3.306	3.242	98	362.415	244.540	67
SE	74	74	100	2.258	1.590	70	285.597	244.144	85
BA	336	292	87	33.618	25.144	75	1.854.000	1.135.064	61
SUDESTE	1.415	1.403	99	63.515	58.262	92	9.691.163	8.110.752	84
MG	722	710	98	20.778	17.272	83	3.051.206	2.647.998	87
ES	57	57	100	5.394	5.289	98	486.969	439.941	90
RJ	64	64	100	3.584	3.514	98	1.334.049	1.295.193	97
SP	572	572	100	33.759	32.187	95	4.818.939	3.727.620	77
SUL	753	753	100	40.276	35.614	88	3.640.197	3.132.924	86
PR	310	310	100	13.093	12.836	98	1.107.307	1.572.498	92
SC	199	199	100	8.919	7.814	88	768.098	686.548	89
RS	244	244	100	18.264	14.964	82	1.164.792	873.878	75
CENTRO-OESTE	367	347	95	12.956	9.826	76	1.834.012	1.669.219	91
MS	64	64	100	2.398	2.023	84	416.430	340.864	82
MT	58	58	100	2.121	2.082	98	335.701	316.178	94
GO	244	224	92	8.043	5.350	67	826.730	771.616	93
DF	01	01	100	394	371	94	255.151	240.561	94

FONTE: FAE – DAAN – Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas pelo PNAE – 1984

\* FIBGE – Municípios Instalados.

O Gráfico 01 mostra que a maior parte dos recursos alocados na aquisição de gêneros alimentícios (37,8%) destinou-se à Região Nordeste, abrangendo um atendimento a 6.700.000 escolares, representando 32,2% do atendimento no País. A seguir, a Região Sudeste, com 24,7% dos recursos; o Sul, com 20,2%; o Centro-Oeste com 9,9%; e a Região Norte, com 7,4%.

GRÁFICO 01. BRASIL – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ALUNOS ATENDIDOS E RECURSOS APLICADOS EM GÊNEROS COM PERCENTAGENS RELATIVAS AO BRASIL, POR GRANDES REGIÕES – 1984.





A Tabela 03 indica a quantidade de gêneros alimentícios distribuídos, e os recursos aplicados no processo de aquisição, por Unidade Federada — exercício de 1984.

TABELA 03. BRASIL — PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR — QUANTIDADE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DISTRIBUÍDOS, RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO E ALUNOS ATENDIDOS, POR UF — 1984.

UNIDADE FEDERADA	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DISTRIBUÍDOS (kg)	RECURSOS APLICADOS		ALUNOS ATENDIDOS	
		VALOR (Cr\$ 1.000)	%	QUANTIDADE	%
BRASIL	119.375.423	166.500.158	100,0	20.837.586	100,0
NORTE	8.755.236	12.340.292	7,4	1.222.748	5,9
RO	856.575	1.277.258	0,8	121.895	0,6
AC	540.382	790.444	0,5	58.159	0,3
AM	2.212.374	3.124.975	1,9	332.215	1,6
RR	165.212	424.421	0,2	27.655	0,1
PA	4.407.940	5.885.797	3,5	614.850	3,0
AP	572.753	837.397	0,5	67.974	0,3
NORDESTE	56.107.605	62.984.324	37,8	6.701.943	32,2
MA	8.853.991	8.734.979	5,3	901.336	4,3
PI	5.082.764	5.238.286	3,1	648.377	3,1
CE	8.169.129	10.738.501	6,5	1.407.795	6,8
RN	3.127.081	3.533.818	2,1	463.556	2,2
PB	4.816.942	5.989.713	3,6	656.605	3,2
PE	9.125.738	8.757.916	5,3	1.000.526	4,8
AL	2.413.891	2.587.913	1,5	244.540	1,2
SE	2.771.710	2.348.754	1,4	244.144	1,2
BA	11.746.359	15.054.444	9,0	1.135.064	5,4
SUDESTE	22.370.569	41.115.754	24,7	8.110.752	38,9
MG	17.106.437	27.886.341	16,8	2.647.998	12,7
ES	3.513.663	4.754.831	2,9	439.941	2,1
RJ	1.173.294	5.229.125	3,1	1.295.193	6,2
SP	577.175	3.245.457	1,9	3.727.620	17,9
SUL	19.707.863	33.540.910	20,2	3.132.924	15,0
PR	9.403.968	14.405.469	8,7	1.572.498	7,5
SC	4.860.421	8.196.498	4,9	686.548	3,3
RS	5.443.474	10.938.943	6,6	873.878	4,2
CENTRO-OESTE	12.434.150	16.518.878	9,9	1.669.219	8,0
MS	2.445.533	3.841.764	2,3	340.864	1,6
MT	1.756.140	3.007.566	1,8	316.178	1,5
GO	4.686.364	5.867.541	3,5	771.616	3,7
DF	3.546.113	3.802.007	2,3	240.561	1,2

FONTE: FAE/DAAN — Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas pelo PNAE.  
Relatório de Acompanhamento Quinzenal de Alimentos — 4º Trim./84.

## Considerações

A regionalização dos cardápios, que passaram a ser definidos nas próprias Unidades Federadas, de acordo com a cultura alimentar de cada uma, foi uma grande conquista da FAE, durante este exercício.

Com esta nova estratégia inúmeras vantagens foram alcançadas, com destaque ao apoio à produção local/regional; redução dos custos de aquisição de alimentos, sem desequilíbrio do mercado pré-existente; redução do prazo de entrega dos produtos às escolas; geração de renda na localidade; maior arrecadação de impostos pelo Estado; e incentivo ao associativismo local, através do apoio às cooperativas de pequenos produtores.

Outra medida representativa, no exercício, foi a compra direta de produtos formulados, como sopas, misturas lácteas e alimentos desidratados. Com isto, a FAE estreitou seu relacionamento com um segmento tecnologicamente sofisticado da indústria de alimentos; reduziu custos; e prazos de entrega.

O controle de qualidade dos alimentos distribuídos pelo PNAE, dentro de uma visão descentralizada, está sendo feito através de convênios com órgãos e instituições de pesquisa que já dispõem de toda uma estrutura necessária ao desempenho do sistema. A sua configuração é a seguinte:



### **Agências Básicas**

- Instituto Adolfo Lutz – agente normatizador do Sistema.
- Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC – agente operacionalizador do Sistema.

### **Unidades de Referência**

- CEPED – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Bahia.
- Embrapa (CTAA) – Rio de Janeiro;
- CETEC – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais;
- Instituto Adolfo Lutz;
- Instituto de Laticínios Cândido Tostes – Minas Gerais;
- ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos;
- TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná;
- UNICAMP – Universidade Federal de Campinas;
- UFV – Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais.

### **Unidades de Base**

- CIENTEC – Fundação de Ciências e Tecnologia – RS;
- Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul;
- Fundação Universidade Federal do Piauí;
- Instituto de Saúde do Distrito Federal;
- Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe;
- Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia;
- Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte;
- Universidade Federal da Paraíba;
- Universidade Federal de Pelotas;
- Universidade Federal de Santa Catarina;
- Universidade Federal de Pernambuco;
- Universidade Federal de Goiás;
- Universidade Federal do Ceará;
- Universidade Federal do Maranhão.
- Universidade Federal do Mato Grosso;
- Universidade Federal do Pará.

Ainda, através de convênio com a Universidade Federal de Viçosa, a FAE desenvolveu estudos e pesquisas para definição de embalagens externa e interna, adequadas ao uso dos produtos formulados; prazos mínimo de validade dos produtos, em função do uso; e sobre embalagens alternativas de menor custo.

Destaque-se, também, a participação no PNAE, do Programa Mundial de Alimentos — (PMA) que doou à FAE, para distribuição nos Estados da Região Norte e Nordeste, 71.983 toneladas de alimentos; 1.000 toneladas de farinha de trigo; 30 toneladas de sopa liofilizada; e 6.953 toneladas de leite-em-pó.

A FAE recebeu, ainda, a doação de 13.600 toneladas de leite-em-pó do Governo dos Estados Unidos (USAID), que foi distribuído nos Estados da Região Nordeste, atendendo a uma clientela de 8.441.759 alunos.

### 3.2. Programa Editorial

**Objetivos/Metas** Dar apoio didático-pedagógico aos professores e alunos da Rede Oficial de Ensino, e da Rede Particular, através da divulgação, em caráter supletivo, de livros didáticos e paradidáticos.

Editar títulos da linha própria, e em convênio com entidades educacionais e culturais; e prestar cooperação técnico-gráfica às Secretarias de Educação das Unidades Federadas.

**Desempenho no Período** No Programa Editorial foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 2,1 bilhões, representando 0,6% dos recursos orçamentários da FAE.

Neste exercício, foram distribuídos 19 títulos — 16 títulos de produção própria, e 3 em convênios — num total de 589.490 exemplares, conforme Tabelas 4, 5 e 6.

TABELA 04. PROGRAMA EDITORIAL — OBRAS DISTRIBUÍDAS E PRODUÇÃO EDITORIAL — 1984

REALIZAÇÕES	OBRAS DISTRIBUÍDAS		PRODUÇÃO EDITORIAL	
	TÍTULOS	QUANTIDADE	TÍTULOS	QUANTIDADE
• Total	19	589.490	20	894.500
• Títulos Próprios	16	564.340	17	744.000
• Obras em Convênio	3	25.150	3	150.500

TABELA 05. PROGRAMA EDITORIAL — OBRAS EDITADAS  
TÍTULOS PRÓPRIOS — 1984

TÍTULOS	QUANTIDADE
• Análise Matemática	15.000
• Atlas Geográfico	163.200
• Cartografia	58.140
• Colposcopia	6.000
• Conj. Didático Escrit. Cont. e Fiscal/Aluno	50.000
• Dicionário Escolar Inglês/Português/Português/Inglês	50.000
• Gramática da Língua Inglesa	20.000
• Gramática da Língua Portuguesa	50.000
• Guia do Professor para Escrit. Contábil e Fiscal	25.000
• Iniciação à Ciência I	20.000
• Manual para utilização de material na Pré-Escola	30.000
• Ortografia, Pontuação e Crase	20.000
• Pef. Folhetos	27.000
• Eletromagnetismo	7.000
• Mecânica I	10.000
• Mecânica II	10.000
• Tábua de Logaritmos	30.000
TOTAL	564.340

FONTE: FAE/DADP.



TABELA 06. PROGRAMA EDITORIAL – OBRAS EDITADAS – TÍTULOS EM CONVÊNIOS – 1984

TÍTULOS	QUANTIDADE
● CENESP – MEC	15.150
● Subsídios para Organização e Funcionamento da Educação Especial:	
* Mental	5.050
* Visual	5.050
* Auditiva	5.050
● SEED/MEC	10.000
◇ A Educação Física que Eles Merecem	5.000
◇ Cineantropometria, Educação Física e Treinamento Desportivo	5.000
TOTAL	25.150

FONTE: FAE/DADP.

No que diz respeito à produção, foram editados 20 títulos – 17 próprios, e 3 em convênios – num total de 894.500 exemplares, que serão distribuídos no exercício de 1985, conforme Tabelas 4, 7 e 8.

TABELA 07. PROGRAMA EDITORIAL – PRODUÇÃO EDITORIAL – TÍTULOS PRÓPRIOS E RECURSOS APLICADOS – 1984

TÍTULOS	QUANTIDADES	RECURSOS APLICADOS (Cr\$ 1.000)
● Álgebra I	20.000	39.170
● Atlas da Educação no Brasil	20.000	125.300
● Atlas Geográfico	306.000	514.050
● Cartografia	110.000	54.670
● Dicionário Escolar da Língua Portuguesa	80.000	538.622
● Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa	10.000	71.530
● Dicionário Escolar Latino-Português	5.000	43.690
● Geometria I	10.000	19.280
● Geometria Experimental Vol. III – Aluno	15.000	16.780
● Geometria Experimental – Vol. I – Professor	1.000	889
● Gramática da Língua Portuguesa	50.000	151.250
● Gramática da Língua Francesa	15.000	49.335
● Manual de Redação	20.000	14.000
● Ortografia, Pontuação e Crase	20.000	17.940
● Pef. Folheto	17.000	34.482
● Eletromagnetismo	7.000	15.652
● Guia do Professor	5.000	11.800
● Mecânica I – Programa de Ensino Individual	5.000	7.030
● Princípios de Cirurgia – Volumes I, II, III	15.000	275.397
● Tábua de Logarítmos	30.000	23.550
TOTAL	744.000	1.989.935

FONTE: FAE/DADP

TABELA 08. PROGRAMA EDITORIAL – PRODUÇÃO EDITORIAL – TÍTULOS EM CONVÊNIO E RECURSOS APLICADOS – 1984

TÍTULOS	QUANTIDADE	RECURSOS APLICADOS (Cr\$ 1.000)
● Ensino-Aprendizagem para Escola Rural – 4.º Seg.	129.000	
● Ensino-Aprendizagem para Escola Rural – 4.º Seg. – Vol. Professor.	11.500	
● Caderno de Integração Social 1ª Série.	10.000	
T O T A L	150.500	132.000

FONTE: FAE/DADP

**Considerações**

As obras são colocadas à disposição de professores e estudantes, a preços acessíveis, nos Postos de Venda da FAE distribuídos nos Estados, Territórios, e Distrito Federal.

**3.3. Programa do Material Escolar****Objetivo/Metas**

Produzir, adquirir, e distribuir material escolar básico, de apoio ao processo ensino-aprendizagem, a estudantes, carentes, do Ensino de 1.º e 2.º Graus.

Dar prioridade aos estudantes da Zona Rural, e das periferias urbanas, através da oferta gratuita de material escolar.

Atender a alunos carentes, de recursos financeiros, através da venda de material escolar colocado à disposição da clientela, nos Postos de Venda.

Fortalecer os Sistemas de Ensino das Unidades Federadas, através de uma ação conjunta do MEC, FAE e Secretarias Estaduais de Educação, tendo em vista um melhor nível de desempenho escolar.

Suprir as necessidades do professor, em sala de aula, colocando à sua disposição recursos didáticos básicos.

**Desempenho no Período**

Neste exercício, a FAE contou com recursos no valor de Cr\$ 14,3 bilhões para produção e aquisição de material escolar, o que representa 3,0% do Orçamento global. A linha de produtos do programa é composta de material de fabricação própria, e material adquirido de terceiros. A FAE produziu, em 1984, cadernos, blocos de rascunho, blocos de desenho, papel almaço com, e, sem pauta, e papel ofício, perfazendo 30.979.045 unidades, conforme Tabela 09.

TABELA 09. PROGRAMA DE MATERIAL ESCOLAR — FABRICAÇÃO PRÓPRIA — 1984

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE FOLHAS	QUANTIDADE
Caderno Escolar	32	10.000
	48	24.402.734
	56	861.200
	64	626.040
TOTAL	—	25.899.974
Blocos de Desenho	25	622.580
Blocos de Rascunho sem pauta	50	653.654
Blocos de Rascunho com pauta	48	372.330
Blocão	80	15.433
TOTAL	—	1.663.997
Papel Almaço com pauta	05	3.313.520
Papel Almaço sem pauta	05	6.400
TOTAL	—	3.319.920
Papel Ofício — Resma	250/500	28.034
TOTAL	—	28.034
Outros	—	81.000
Produção Offset	—	56.120
TOTAL	—	137.120
TOTAL GERAL	—	30.979.045

FONTE: FAE/DADP.

Providenciou, também, compra de terceiros, através de licitação de: lápis, borracha, apontador, tinta guache, lápis de cor, esquadros, compassos, canetas, tesouras, régua e apontador.

Em 1984, foram adquiridos 90.321.010 unidades de material escolar diversos, através de licitações, e compras diretas, conforme Tabela 10.

Para atender à clientela escolar, a FAE dispõe de 348 Postos de Venda instalados, sendo 340 de consignatários, e 8 oficiais, distribuídos em 302 Municípios.



TABELA 10. PROGRAMA DE MATERIAL ESCOLAR – AQUISIÇÃO DE TERCEIROS – MATERIAL LICITADO PARA ATENDIMENTO DOS POSTOS DE VENDA E PROGRAMAS ESPECIAIS – 1984

MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE
Apagador	Unid.	1.486
Apontador	Unid.	3.987,500
Borracha Escolar	Unid.	18.760,400
Borracha para Desenho	Unid.	766,000
Caneta Esferográfica Azul	Unid.	5.983,300
Caneta Esferográfica Preta	Unid.	529,000
Caneta Esferográfica Vermelha	Unid.	1.050,000
Cola Plástica	Unid.	374,872
Compasso	Unid.	30,000
Cartolina Branca	Fl.	67,200
Caneta Hidrográfica	Conj.	65,000
Lápis de Cera – Estaca	Conj.	389,118
Pincel Atômico	Conj.	50,000
Tinta Guache	Conj.	130,000
Esquadros	Peça	63,500
Giz Colorido	Cx.	1,486
Giz de Cera	Cx.	79,509
Giz para Quadro Escolar	Cx.	250,000
Lápis de Cor (12 cores) – pequeno	Cx.	983,000
Lápis de Cor (12 cores) – grande	Cx.	560,000
Lápis de Cor (6 cores) – grande	Cx.	1.248,000
Lápis Preto	Unid.	49.856,408
Massa para Modelar	Cx.	53,000
Pasta com elástico	Unid.	125,496
Pincel para Tinta Guache	Unid.	186,660
Papel Apergaminhado	Resma	480
Papel Espelho	Fl.	1,700
Papel Kraft Natural	Fl.	4,000
Régua Escolar	Unid.	4.540,200
Tesoura	Unid.	136,195
Transferidor	Unid.	47,500
TOTAL	—	90,321,010

FONTE: FAE/DADP.

Neste exercício, foram instalados 74 novos postos, sendo 2 na Região Norte; 20 na Nordeste; 8 na Centro-Oeste; 30 no Sudeste; e 14, na Região Sul.

As vendas de material escolar efetuadas nos postos alcançaram o montante de Cr\$ 4,7 bilhões.

#### Considerações

Além de material básico escolar, o programa oferece, também, jogos pedagógicos, blocos lógicos, globos, mapas, "slides", conjuntos para experimentação ou observação, complementando a exploração de conteúdo dos livros didáticos.

No transcorrer deste exercício, foram firmados convênios, para a distribuição de material escolar com a Fundação Universidade de Brasília/DF, SESI/RJ, SERPRO/RJ, Sociedade Amparo aos Praianos de Guarujá/SP, Universidade de Passo Fundo/RS. Fundação de Promoção Social/CE, Fundação Petrônio Portela/DF, SAB/DF, ASEBTU/DF e PAS/DF, além de outras instituições, cujos convênios anteriores foram mantidos.

Especial destaque, merece o Programa de Material Escolar/Municípios, que será implantado, em 1985, em articulação com as Prefeituras Municipais, podendo a FAE participar com até 80% do valor total do programa.

#### 3.4. Programa de Módulos Escolares

##### Objetivos/Metas

Distribuir, gratuitamente, ao aluno carente de recursos financeiros, do Ensino de 1º Grau da Rede Oficial de Ensino o conjunto de material escolar básico, indispensável ao desempenho escolar.

Contribuir com o processo de democratização da educação, para a minimização dos índices de repetência, evasão, e absenteísmo escolar.

Integrar esforços dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para uma produção mais suficiente do material de ensino aprendizagem.

Contribuir para a preservação das culturas regionais, atribuindo aos Estados a orientação, e o comando da distribuição de material escolar básico aos estudantes carentes.

#### Desempenho no Período

Integram-se no apoio financeiro ao programa a FAE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e os Estados, através das Secretarias Estaduais de Educação. Neste exercício o programa dispendeu recursos no valor de Cr\$ 5,0 bilhões, sendo Cr\$ 1.966,9 milhões do FNDE, Cr\$ 775,8 milhões da FAE; e Cr\$ 2.343,3 milhões dos Estados.

O programa, no exercício, abrangeu atendimentos a 14 Estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe, e a 02 Territórios Federais: Roraima e Amapá, num total de 29.430.249 unidades de materiais diversos, conforme Tabela 11.

TABELA 11. BRASIL – PROGRAMA DE MÓDULOS ESCOLARES – QUANTIDADE DE MATERIAL ESCOLAR DISTRIBUÍDO, RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS E MATERIAL ESCOLAR ADQUIRIDO – 1984

UNIDADE FEDERADA	MATERIAL ESCOLAR DISTRIBUÍDO (1)	RECURSOS APLICADOS		MATERIAL ESCOLAR	
		VALOR (Cr\$ 1.000)	%	ADQUIRIDO	A DISTRIBUIR (2)
BRASIL	29.430.249	5.086.157	100,0	18.555.156	15.691.727
NORTE	5.027.715	798.916	15,7	2.926.309	2.328.543
RO	292.397	61.889	1,2	189.909	189.909
AC	—	126.611	2,5	400.348	400.348
AM	1.132.217	186.215	3,7	625.706	625.706
RR	(3) 805.136	42.763	0,9	328.286	—
PA	2.292.704	327.918	6,4	1.112.580	1.112.580
AP	(3) 505.261	50.520	1,0	269.480	—
NORDESTE	18.142.327	3.340.349	65,7	12.221.499	12.221.499
MA	934.099	249.009	4,9	755.002	755.002
PI	1.291.025	195.924	3,9	625.096	625.096
CE	4.484.763	465.632	9,1	1.470.882	1.470.882
RN	994.171	230.833	4,5	835.749	835.749
PB	1.750.203	228.534	4,5	901.330	901.330
PE	2.329.481	603.131	11,8	2.201.568	2.201.568
AL	—	149.808	3,0	552.915	552.915
SE	858.585	158.908	3,1	468.246	468.246
BA	5.500.000	1.058.570	20,9	4.410.711	4.410.711
SUDESTE	—	290.739	5,7	804.213	804.213
MG	—	—	—	—	—
ES	—	290.739	5,7	804.213	804.213
RJ	—	—	—	—	—
SP	—	—	—	—	—
SUL	—	—	—	—	—
PR	—	—	—	—	—
SC	—	—	—	—	—
RS	—	—	—	—	—
CENTRO-OESTE	6.260.207	659.153	12,9	2.603.135	337.472
MS	(3) 2.320.007	179.256	3,5	940.844	—
MT	524.674	137.494	2,7	337.472	337.472
GO	3.415.526	342.403	6,7	1.324.819	—
DF	—	—	—	—	—

FONTE: FAE – DADP – Relatório Parcial – Dez. 84.

Nota (1) – Material escolar adquirido em 1983, cuja distribuição às UF's ocorreu em 1984.

(2) – Material escolar adquirido em 1984, cuja entrega às UF's ocorrerá até Fev. 85.

(3) – Inclui material adquirido em 1984 e entregue às UF's ainda no exercício de 84.

#### Considerações

O Programa de Módulos Escolares permitiu uma melhoria no atendimento ao escolar, mediante a oferta de tipos diversos de material escolar, com ênfase de atendimento para a Zona Rural, e periferias urbanas. Para 1985, já confirmaram sua participação no Programa 17 Estados: Amazonas, Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe; e 02 Territórios Federais: Roraima e Amapá.



### 3.5. Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental – PLIDEF

<b>Objetivo/Metas</b>	<p>Oferecer, gratuitamente, livros didáticos aos estudantes carentes, de recursos financeiros, matriculados nas escolas da Rede Oficial de Ensino do 1º Grau das Unidades Federadas.</p> <p>Garantir, em caráter de suplência, aos alunos, livros didáticos, adequados ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.</p> <p>Colaborar na evolução das ações educacionais, no que se refere à capacitação do professorado, para tarefas de avaliar, selecionar, indicar e utilizar livros nas escolas.</p> <p>Promover a melhoria dos padrões técnico-pedagógico do livro didático.</p>
<b>Desempenho no Período</b>	<p>O Programa é executado com recursos repassados à FAE pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; pelo BNDES/Finsocial; e pelos Estados e Territórios.</p> <p>Para maior divulgação, sobre a sistemática de escolha do livro pelo professor, a FAE utilizou de mais um canal de comunicação direta — o “Jornal — Diálogo”, com repercussões muito positivas para o aperfeiçoamento desta estratégia.</p> <p>Em 1984, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 26,2 bilhões para aquisição de 21.594.291 exemplares — 20.720.018 livros do aluno, 830.037 manuais, e 44.236 cadernos-atividade, a um custo médio de Cr\$ 1.283 cada livro, com a observação de que o transporte está sob a responsabilidade dos próprios editores.</p> <p>O PLIDEF atendeu a 7.149.719 alunos, de 42.250 escolas da Rede Oficial de Ensino de 1º Grau, localizadas em 2.390 Municípios. A Tabela 12 e o Gráfico 02 indicam o comportamento das metas físico-financeiras, no período.</p>
<b>Considerações</b>	<p>Em se considerando os recursos complementares alocados para o programa (1984) a aquisição dos livros, neste exercício, efetuiu-se em duas fases, sendo que, principalmente, na segunda foi implementada uma nova modalidade na escolha do livro: a efetiva participação do professor da Rede Oficial de Ensino na indicação do livro didático.</p> <p>Inicialmente foi traçado um Plano de Ação envolvendo os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso e Maranhão, tendo em vista a inviabilidade do novo método ser estendido a todo o Brasil, num curto espaço de tempo. Às demais Unidades Federadas foi solicitado que, por meio de mecanismos próprios, retomassem ao processo de seleção do livro didático, de modo a permitir uma maior participação do professor.</p> <p>A FAE, no que se refere ao PLIDEF, exerceu um papel supletivo em termos financeiros e técnicos, estabelecendo normas de procedimento para aquisição e distribuição de livros indicados pelos Estados, Territórios e Distrito Federal.</p> <p>Cabe ressaltar o fato relevante de que a proposta do Programa, de escolha do livro pelo professor, correspondeu à expectativa geral de educadores, de professores regentes de classe, da comunidade e da classe editorial.</p> <p>Outro aspecto de fundamental importância considerado pela FAE, refere-se ao esforço conjunto que tem sido buscado com as editoras, no sentido de um aperfeiçoamento da qualidade, não só técnica, como também física, tendo em vista uma maior durabilidade do livro. Também, foi implantada, em todas as Unidades Federadas, a estratégia do Banco do Livro, cuja modalidade operacional ficou a cargo de cada Secretaria Estadual de Educação, de acor-</p>



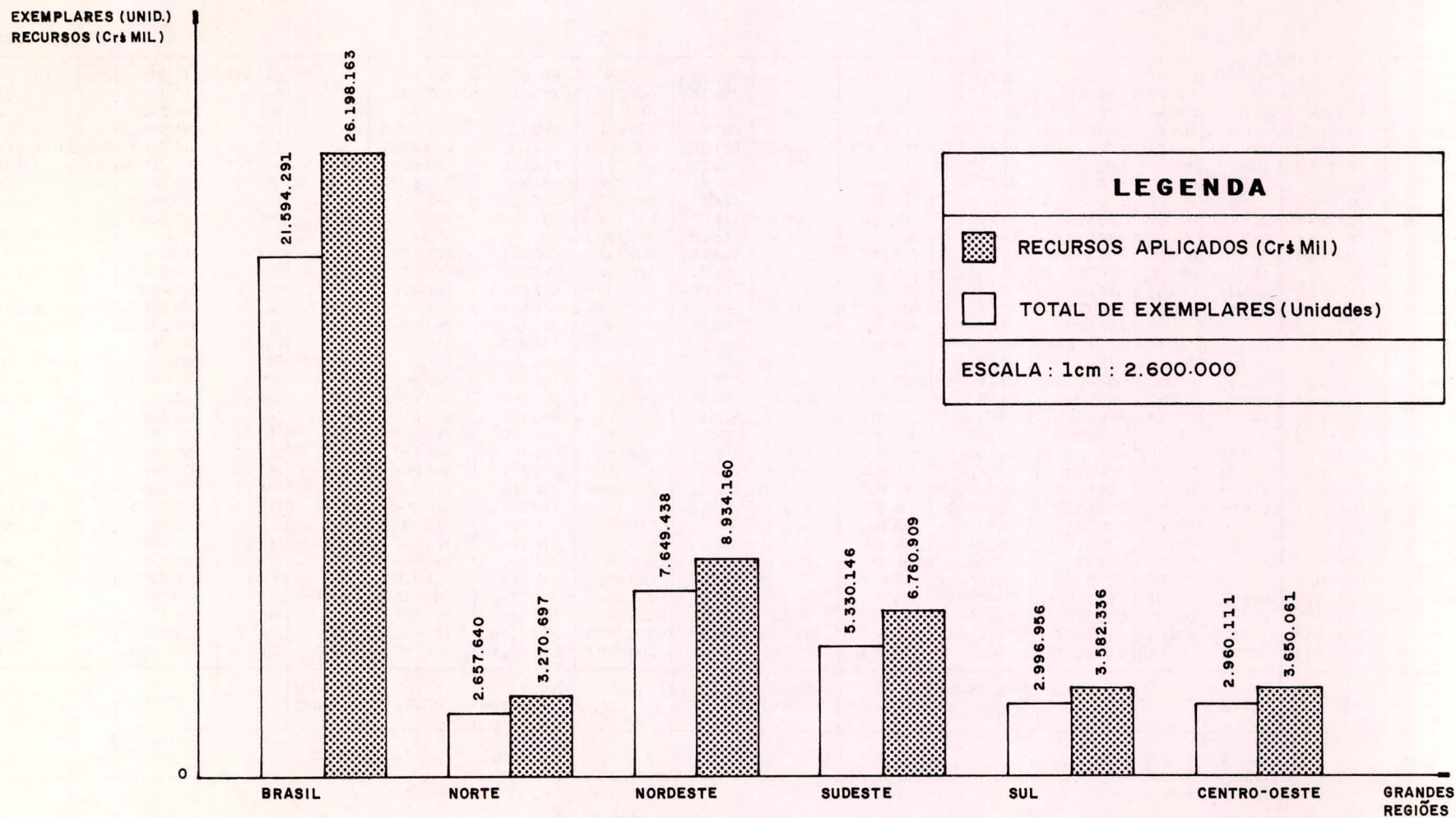
**TABELA 12. BRASIL – PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO – PLIDEF  
RECURSOS APLICADOS E TOTAL DE EXEMPLARES, POR UF – 1984**

U.F.	1ª FASE					2ª FASE					TOTAL					
	Livros	Manuais	Cadernos Atividade	TOTAL (1)	Recursos Cr\$ 1.000	Livros	Manuais	Cadernos Atividade	TOTAL (2)	Recursos Cr\$1.000	Livros	Manuais	Cadernos Atividade	Total (1+2)	Recursos Aplicados	
															Cr\$1.000	%
BRASIL	11.075.951	441.335	22.988	11.540.274	10.009.912	9.644.067	388.702	21.248	10.054.017	16.188.251	20.720.018	830.037	44.236	21.594.291	26.198.163	100,0
NORTE	1.304.123	52.174	1.440	1.357.737	1.177.686	1.247.694	50.358	1.851	1.299.903	2.093.011	2.551.817	102.532	3.291	2.657.640	3.270.697	12,48
RO	157.850	6.314	—	164.164	142.394	92.000	3.678	1.839	97.517	157.015	249.850	9.992	1.839	261.681	299.409	1,14
AC	205.412	8.217	1.440	215.069	186.549	205.412	8.216	—	213.628	343.969	410.824	16.433	1.440	428.697	530.518	2,03
AM	362.912	14.520	—	377.432	327.380	369.294	14.942	10	384.246	618.685	732.206	29.462	10	761.678	946.065	3,61
RR	66.457	2.658	—	69.115	59.950	95.059	3.305	2	98.366	158.382	161.516	5.963	2	167.481	218.332	0,83
PA	451.077	18.044	—	469.121	406.910	425.514	17.801	—	443.315	713.794	876.591	35.845	—	912.436	1.120.704	4,28
AP	60.415	2.421	—	62.836	54.503	60.415	2.416	—	62.831	101.166	120.830	4.837	—	125.667	155.669	0,59
NORDESTE	4.373.709	174.741	5.523	4.553.973	3.950.067	2.971.253	111.307	12.905	3.095.465	4.984.093	7.344.962	286.048	18.428	7.649.438	8.934.160	34,10
MA	586.033	23.442	—	609.475	528.653	582.490	20.762	1.082	604.334	973.055	1.168.523	44.204	1.082	1.213.809	1.501.708	5,73
PI	480.908	19.237	—	500.145	433.820	375.921	15.039	—	390.960	629.495	856.829	34.276	—	891.105	1.063.315	4,06
CE	506.443	20.178	5.203	531.824	461.298	294.896	11.831	7.457	314.184	505.876	801.339	32.009	12.660	846.008	967.174	3,69
RN	407.201	16.287	—	423.488	367.329	40.000	1.600	—	41.600	66.981	447.201	17.887	—	465.088	434.310	1,66
PB	403.576	16.143	—	419.719	364.060	180.073	7.278	57	187.408	301.751	583.649	23.421	57	607.127	665.811	2,54
PE	564.284	22.451	320	587.055	509.205	491.042	14.087	4.220	509.349	820.117	1.055.326	36.538	4.540	1.096.404	1.329.322	5,07
AL	389.743	15.589	—	405.332	351.581	258.656	10.953	73	269.682	434.222	648.399	26.542	73	675.014	785.803	3,00
FN	1.206	44	—	1.250	1.084	1.070	38	—	1.108	1.784	2.276	82	—	2.358	2.868	0,01
SE	372.159	14.884	—	387.043	335.717	82.509	3.088	5	85.602	137.830	454.668	17.972	5	472.645	473.547	1,81
BA	662.156	26.486	—	688.642	597.320	664.596	26.631	11	691.238	1.112.982	1.326.752	53.117	11	1.379.880	1.710.302	6,53
SUDESTE	2.346.050	92.476	13.625	2.452.151	2.126.971	2.755.023	118.428	4.544	2.877.995	4.633.938	5.101.073	210.904	18.169	5.330.146	6.760.909	25,80
MG	1.131.380	45.278	13.625	1.190.283	1.032.439	589.430	33.752	2.576	625.758	1.007.550	1.720.810	79.030	16.201	1.816.041	2.039.989	7,79
ES	387.590	15.439	—	403.029	349.583	403.346	16.130	74	419.550	675.529	790.936	31.569	74	822.579	1.025.112	3,91
RJ	827.080	31.759	—	858.839	744.949	717.002	24.821	6	741.829	1.194.439	1.544.082	56.580	6	1.600.668	1.939.388	7,40
SP	—	—	—	—	—	1.045.245	43.725	1.888	1.090.858	1.756.420	1.045.245	43.725	1.888	1.090.858	1.756.420	6,70
SUL	1.607.054	64.282	2.400	1.673.736	1.451.782	1.271.289	50.471	1.460	1.323.220	2.130.554	2.878.343	114.753	3.860	2.996.956	3.582.336	13,67
PR	594.489	23.779	—	618.268	536.280	236.140	9.772	—	245.912	395.950	830.629	33.551	—	864.180	932.230	3,56
SC	439.826	17.593	—	457.419	396.760	442.098	18.113	2	460.213	741.002	881.924	35.706	2	917.632	1.137.762	4,34
RS	572.739	22.910	2.400	598.049	518.742	593.051	22.586	1.458	617.095	993.602	1.165.790	45.496	3.858	1.215.144	1.512.344	5,77
CENTRO-OESTE	1.445.015	57.662	—	1.502.677	1.303.406	1.398.808	58.138	488	1.457.434	2.346.655	2.843.823	115.800	488	2.960.111	3.650.061	13,93
MS	356.452	14.257	—	370.709	321.549	193.530	9.240	8	202.778	326.499	549.982	23.497	8	573.487	648.048	2,47
MT	362.492	14.498	—	376.990	326.997	470.379	12.086	410	482.875	777.490	832.871	26.584	410	859.865	1.104.487	4,21
GO	370.952	14.702	—	385.654	334.512	376.030	22.457	70	398.557	641.728	746.982	37.159	70	784.211	976.240	3,73
DF	355.119	14.205	—	369.324	320.348	358.869	14.355	—	373.224	600.938	713.988	28.560	—	742.548	921.286	3,52

FONTE: FAC/DADP



GRÁFICO 02. BRASIL – PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO – ENSINO FUNDAMENTAL – TOTAL DE EXEMPLARES DISTRIBUÍDOS E RECURSOS APLICADOS, POR GRANDES REGIÕES – 1984.



do com as condições de infra-estrutura do Sistema de Ensino.

### 3.6. Programa de Bolsas de Estudo de 1º e 2º Graus

**Objetivos/Metas** Conceder bolsas de estudo para alunos da 5ª a 8ª séries do Ensino de 1º Grau, em estabelecimentos particulares de ensino regular, onde a rede pública não absorve a demanda.

**Desempenho no Período** Em 1984, foram executados à conta deste Programa, recursos da ordem de Cr\$ 13,0 bilhões, sendo que, para o 1º Grau, Cr\$ 4,9 bilhões, e para o 2º Grau, Cr\$ 7,4 bilhões representando 3,3% do orçamento global da FAE.

Ainda, no 2º Grau foram aplicados Cr\$ 343,993 milhões, no Programa de Bolsas — Associação dos Servidores do Ministério da Educação e Cultura — ASMEC.

Neste exercício, foram distribuídas um total de 265.642 bolsas de estudo, sendo que 141.941 renovadas, e 123.701 novas. Foram distribuídas 124.135 bolsas para o 1º Grau; e 141.507 para o 2º Grau, sendo que do total das bolsas concedidas 62,6% foram destinadas à Região Nordeste; 24,5% à Região Sudeste; 6,2% à Região Sul; 4,3% à Região Centro-Oeste; e à Região Norte, 2,4%. As Tabelas 13 e 14 indicam o comportamento do Programa de Bolsas de 1º e 2º Graus — concedidas, e recursos financeiros aplicados, por Unidade Federada — exercício de 1984.

TABELA 13. PROGRAMA DE BOLSAS DE 1º E 2º GRAUS — BOLSAS DE 1º GRAU CONCEDIDAS E RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS, POR UF — 1984

UNIDADE FEDERADA	BOLSAS CONCEDIDAS			RECURSOS APLICADOS Cr\$ 1.000	%
	RENOVADAS	NOVAS	TOTAL		
BRASIL	50.301	73.834	124.135	4.965.380	100,0
NORTE	278	2.596	2.874	114.960	2,3
RO	—	9	9	360	—
AC	—	521	521	20.840	0,4
AM	—	444	444	17.760	0,4
RR	—	—	—	—	—
PA	278	1.622	1.900	76.000	1,5
AP	—	—	—	—	—
NORDESTE	46.025	43.226	89.251	3.570.020	71,9
MA	3.326	8.431	11.757	470.280	9,5
PI	7.950	3.612	11.562	462.480	9,3
CE	19.198	7.599	26.797	1.071.860	21,5
RN	104	2.974	3.078	123.120	2,6
PB	9.817	3.476	13.293	531.720	10,7
PE	227	3.268	3.495	139.800	2,8
AL	4.218	2.081	6.299	251.960	5,1
SE	70	2.346	2.416	96.640	1,9
BA	1.115	9.439	10.554	422.160	8,5
SUDESTE	2.096	19.956	22.052	882.080	17,8
MG	16	6.930	6.946	277.840	5,6
ES	99	930	1.029	41.160	0,8
RJ	1.923	10.701	12.624	504.960	10,2
SP	58	1.395	1.453	58.120	1,2
SUL	—	5.151	5.151	206.040	4,2
PR	—	2.333	2.333	93.320	1,9
SC	—	944	944	37.760	0,8
RS	—	1.874	1.874	74.960	1,5
CENTRO-OESTE	1.902	2.905	4.807	192.280	3,8
MS	1	648	649	25.960	0,5
MT	5	357	362	14.480	0,3
GO	1.896	1.622	3.518	140.720	2,8
DF	—	278	278	11.120	0,2

FONTE: FAE/DIACOM.

Nota: Valor unitário anual da Bolsa em 1984, a nível nacional: Cr\$ 40.000,00



TABELA 14. BRASIL – PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º E 2º GRAUS – BOLSAS DE 2º GRAU CONCEDIDAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF – 1984

UNIDADE FEDERADA	BOLSAS CONCEDIDAS (1)			RECURSOS APLICADOS Cr\$ 1.000	%
	RENOVADAS	NOVAS	TOTAL		
BRASIL	91.640	49.867	141.507	(2) 7.075.348	100,0
NORTE	1.809	1.670	3.479	173.950	2,5
RO	42	—	42	2.100	—
AC	141	69	210	10.500	0,2
AM	382	569	951	47.550	0,7
RR	—	—	—	—	—
PA	1.244	1.032	2.276	113.800	1,6
AP	—	—	—	—	—
NORDESTE	51.718	25.301	77.019	3.850.948	54,4
MA	10.858	4.309	15.167	758.348	10,7
PI	3.766	2.238	6.004	300.200	4,2
CE	16.118	6.730	22.848	1.142.400	16,2
RN	1.809	1.341	3.150	157.500	2,2
PB	4.886	2.308	7.194	359.700	5,1
PE	3.915	2.338	6.253	312.650	4,4
AL	1.789	750	2.539	126.950	1,8
FN	—	—	—	—	—
SE	2.190	1.382	3.572	178.600	2,5
BA	6.387	3.905	10.292	514.600	7,3
SUDESTE	27.800	15.359	43.159	2.157.950	30,5
MG	13.724	6.259	19.983	999.150	14,1
ES	698	734	1.432	71.600	1,0
RJ	9.970	6.430	16.400	820.000	11,6
SP	3.408	1.936	5.344	267.200	3,8
SUL	6.333	5.037	11.370	568.500	8,0
PR	2.152	1.750	3.902	195.100	2,7
SC	2.727	1.631	4.358	217.900	3,1
RS	1.454	1.656	3.110	155.500	2,2
CENTRO-OESTE	3.980	2.500	6.480	324.000	4,6
MS	331	546	877	43.850	0,6
MT	513	251	764	38.200	0,5
GO	2.760	1.375	4.135	206.750	3,0
DF	376	328	704	35.200	0,5
ASMEC (3)	—	—	—	(3) 343.993	—

FONTE: FAE/DIACOM.

(1) Valor Unitário anual da bolsa em 1984, a nível nacional: Cr\$ 50.000,00.

(2) Excluído o valor de Cr\$ 343.993,0 mil, aplicados no 2º Grau – BOLSAS ASMEC (3).

Os Gráficos 03 e 04 indicam a situação de concessão Programa de Bolsas de 1º e 2º Graus – Brasil, por grandes regiões.

GRÁFICO 03. BRASIL – PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º E 2º GRAUS – BOLSAS DE 2º GRAU CONCEDIDAS (TOTAL E NOVAS), por GRANDES REGIÕES – 1984.

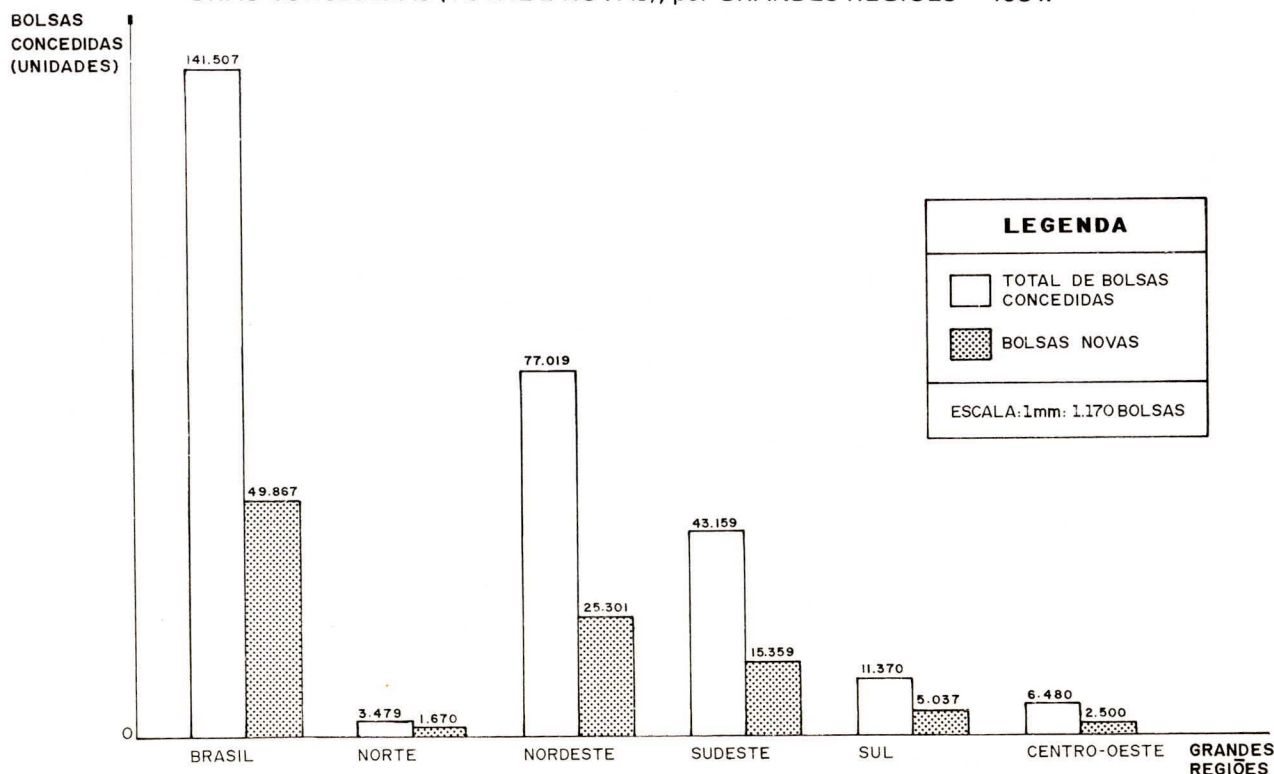
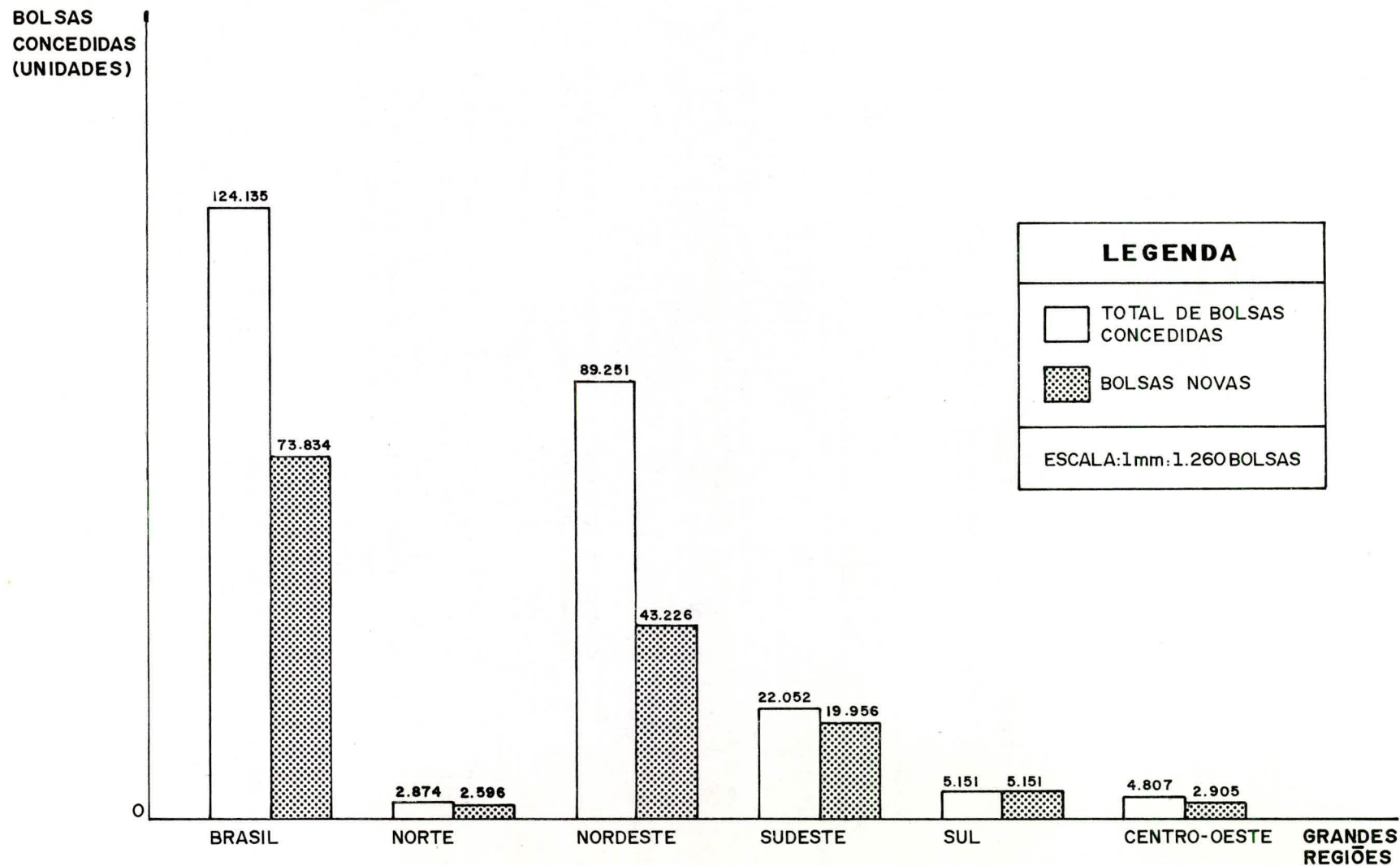


GRÁFICO 04. BRASIL – PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1.º E 2.º GRAUS – BOLSAS DE 1.º GRAU CONCEDIDAS (TOTAL E NOVAS), POR GRANDES REGIÕES – 1984.





**Considerações** Em 1984, foram realizados estudos, visando aperfeiçoar o sistema de distribuição de bolsas, uma vez que foram identificadas algumas disfunções no programa e, certamente, os resultados destes estudos virão subsidiar novas estratégias, e soluções alternativas, para 1985. Basicamente, a concessão fez-se mediante expedição de formulário específico, diferenciado, por Unidade Federada, ficando a distribuição a cargo do Gabinete da Ministra de Educação e Cultura.

Os pedidos de obtenção de bolsas de estudo foram analisados, de acordo com as seguintes prioridades: servidores públicos que percebem vencimentos, de até dois salários mínimos e seus dependentes, enquanto menores; filhos menores de ex-combatentes; órfãos menores, carentes de recursos; e alunos de famílias carentes de recursos financeiros. Os valores das bolsas de 1.º e 2.º Graus foram, respectivamente, de Cr\$ 40, e Cr\$ 50 mil cruzeiros.

### 3.7. Programa de Bolsas de Trabalho

**Objetivo/Metas** Proporcionar aos estudantes do 2.º Grau, carentes de recursos financeiros, oportunidade de exercício profissional, remunerado, em órgãos ou entidades públicas e privadas.

Dar oportunidade para que o estudante incorpore hábitos de trabalho, e desenvolva técnicas de estudo e de ações, na sua área de formação profissional.

Reforçar a renda do aluno carente de recursos, contribuindo para a sua permanência na escola e, conseqüentemente, para a conclusão do curso.

**Desempenho no Período** Em 1984, o programa dispendeu recursos da ordem de Cr\$ 639,0 milhões, oriundos do Orçamento da FAE e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, representando 0,2% do total do Orçamento da Fundação. Foram distribuídas, neste exercício, 47.014 bolsas de trabalho, cabendo à Região Nordeste 36,2%; à Sul, 26,9%; à Sudeste 20,9%; à Centro-Oeste, 9,8%; e à Região Norte, 6,2% do total das bolsas concedidas.

**Considerações** Em 1984, o Programa de Bolsas de Trabalho sofreu modificações estendendo o atendimento a estudantes da Rede Particular de Ensino a estudantes da Rede Particular de Ensino e Escolas Normais, como também, estabelecendo valores mais compatíveis com as necessidades dos beneficiários.

Coube à FAE a cobertura de dois terços do valor da bolsa ou de sua totalidade, no caso de prestação de serviços pelos bolsistas em instituições filantrópicas, e em ações comunitárias.

A Tabela 15 mostra o desempenho, no período, e o Gráfico 05, o quadro da concessão de bolsas, por grandes regiões.

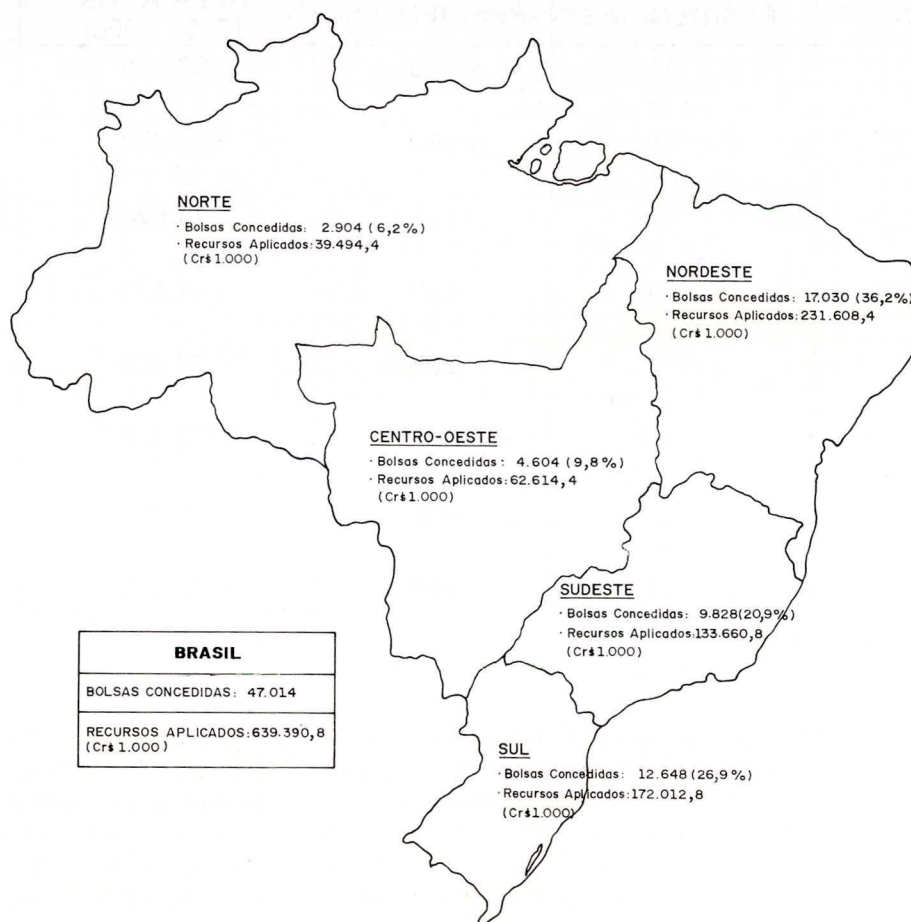
TABELA 15. BRASIL – PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DE 2º GRAU – BOLSAS DE TRABALHO CONCEDIDAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF – 1984

UNIDADE FEDERADA	NÚMERO DE BOLSAS	RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS (Cr\$ 1.000)	%
BRASIL	47.014	639.390,8	100,0
NORTE	2.904	39.494,4	6,2
RO	—	—	—
AC	600	8.160,0	1,3
AM	1.080	14.688,0	2,3
RR	—	—	—
PA	1.224	16.646,4	2,6
AP	—	—	—
NORDESTE	17.030	231.608,4	36,2
MA	1.812	24.643,2	3,9
PI	1.200	16.320,0	2,6
CE	1.512	20.563,2	3,2
RN	2.964	40.310,4	6,3
PB	1.788	24.316,8	3,8
PE	4.350	59.160,4	9,2
AL	1.524	20.726,4	3,2
SE	856	11.641,6	1,8
BA	1.024	13.926,4	2,2
SUDESTE	9.828	133.660,8	20,9
MG	3.828	52.060,8	8,1
ES	1.200	16.320,0	2,6
RJ	3.900	53.040,0	8,3
SP	900	12.240,0	1,9
SUL	12.648	172.012,8	26,9
PR	3.504	47.654,4	7,5
SC	8.100	110.160,0	17,2
RS	1.044	14.198,4	2,2
CENTRO-OESTE	4.604	62.614,4	9,8
MS	1.200	16.320,0	2,6
MT	1.512	20.563,2	3,2
GO	1.608	21.868,8	3,4
DF	284	3.862,4	0,6

Fonte: FAE/DIACOM.

Nota: Valor mínimo da bolsa em 1984, a nível nacional: Cr\$ 20.400,00, sendo que a participação da FAE corresponde a 2/3 deste valor.

GRÁFICO 05. BRASIL – PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DE 2º GRAU—BOLSAS DE TRABALHO CONCEDIDAS, POR GRANDES REGIÕES – 1984.





### 3.8. Programa de Apoio às Residências Estudantis de 1º e 2º Graus

**Objetivo/Metas** Atender às necessidades dos estudantes de 1º e 2º Graus, carentes de recursos financeiros, que se deslocam do interior de seus Estados de origem, para pólos estudantis, para a continuidade de seus estudos.

Apoiar as residências estudantis, visando contribuir para o desenvolvimento do processo educacional do aluno.

Sensibilizar as comunidades de origem e de destino dos residentes, no sentido de obter a sua participação na solução de problemas que afetam o sistema de residência estudantil.

Promover o envolvimento do estudante na proposição de soluções para os problemas da residência estudantil, e as condições para a sua auto-manutenção.

**Desempenho no Período** Neste exercício, a FAE destinou a este programa, recursos da ordem de Cr\$ 599,2 milhões, o que representa um acréscimo de 245%, em relação ao montante aplicado, no exercício anterior. Com estes recursos foram contempladas as Regiões Sudeste, com Minas Gerais absorvendo Cr\$ 12 milhões; Nordeste, com Piauí, Cr\$ 147 milhões, Maranhão, Cr\$ 74,8 milhões, Ceará, Cr\$ 76,0 milhões e Rio Grande do Norte, com Cr\$ 288 milhões. Ao todo, foram atendidos 1.383 estudantes, em 11 residências estudantis, localizadas nos Estados de Minas Gerais (01), Piauí (04), Maranhão (02), Ceará (01) e Rio Grande do Norte (03). A Tabela 16 indica o desempenho, no período.

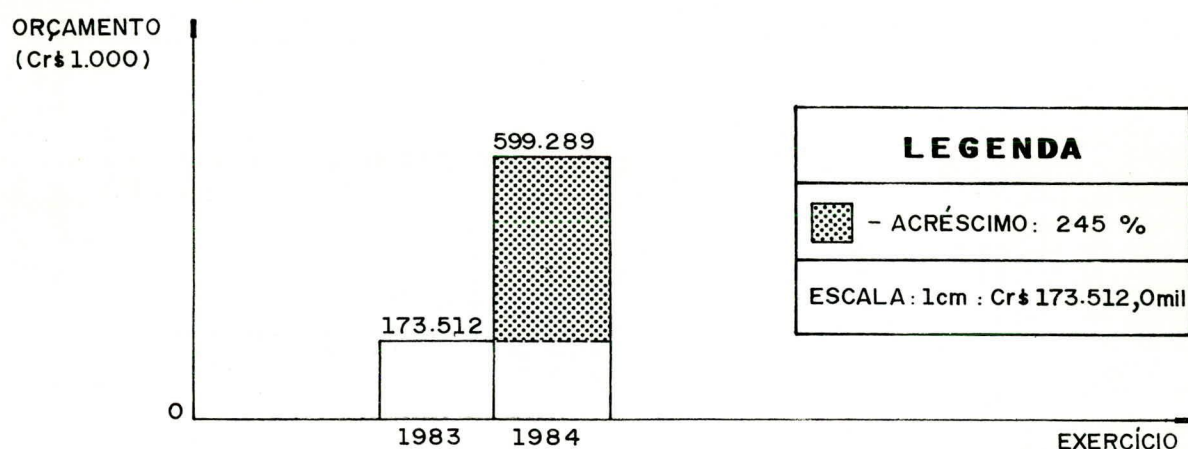
TABELA 16. BRASIL – PROGRAMA DE RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS DE 1º E 2º GRAUS – RESIDÊNCIAS, RESIDENTES E RECURSOS APLICADOS, POR UF – 1984

UNIDADE FEDERADA	NÚMERO DE RESIDÊNCIAS	NÚMERO DE RESIDENTES	RECURSOS APLICADOS (Cr\$ 1.000)	%
BRASIL	11	1.383	599.289	100
NORDESTE	10	1.083	586.889	98
MA	2	133	74.820	12
PI	4	540	147.133	25
CE	1	205	76.600	13
RN	3	205	288.336	48
SUDESTE	1	300	12.400	2
MG	1	300	12.400	2

FONTE: FAE/DIACOM.

**Considerações** Apesar da dotação orçamentária para o programa ter tido um crescimento de Cr\$ 173.512 milhões (1983), para Cr\$ 599.289 milhões, em 1984, ou seja 245%, conforme evidencia o Gráfico 06, os recursos que vêm sendo alocados para o programa se apresentam escassos, em face à demanda. Para tanto, procedeu-se um levantamento sobre a situação das residências estudantis do País, cujos resultados subsidiarão as ações, para o próximo exercício.

GRÁFICO 06. BRASIL — PROGRAMA DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — 1983 — 84.



### 3.9. Programa de Salas de Leitura

**Objetivo/Metas** Oferecer a alunos do 1º Grau da Rede Oficial de Ensino oportunidade de acesso à literatura infanto-juvenil, jornais e revistas, possibilitando o desenvolvimento da postura analítica, e do senso crítico.

Criar, nas escolas, espaços que propiciem a descontração, oferecendo novas alternativas às tradicionais acomodações já existentes nas bibliotecas.

**Desempenho no Período** Implantado neste exercício, o programa recebeu dotação orçamentária de Cr\$ 3,9 bilhões. Deste total, Cr\$ 2,1 bilhões foram destinados à aquisição de livros, Cr\$ 1,4 bilhões para jornais e revistas, e Cr\$ 486,2 milhões, para ambientação (preparação das salas).

Em seu primeiro ano de funcionamento o programa se estendeu a 14 Unidades da Federação: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pará, Piauí, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O número de escolas atendidas foi de 8.580, atingindo 1.627.549 estudantes. Essas escolas deverão receber 842.351 livros, durante o ano de 1985. A Tabela 17 demonstra o comportamento do programa, no exercício.

Houve, também, um atendimento especial às escolas agrícolas, e às residências estudantis, conforme demonstrado, na Tabela 18.

**Considerações** O programa atingiu os alunos da Rede Oficial de Ensino do 1º Grau, consoante os resultados dos levantamentos realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação, sobre as necessidades dos Municípios e as prioridades para instalação das salas de leitura. A seleção dos livros foi realizada por um Comitê Consultivo integrado por representantes da Biblioteca Nacional, Funarte, Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil e da FAE. O acervo foi entregue às escolas, em módulos que variaram de acordo com o número de alunos, incluindo livros de literatura infanto-juvenil, jornais, revistas, e edições da própria FAE. A Tabela 18 indica, por Unidade Federada, o atendimento às Escolas Agrícolas, e às Residências Estudantis.



TABELA 17. BRASIL – PROGRAMA SALAS DE LEITURA – ESCOLAS E ALUNOS ATENDIDOS, LIVROS DISTRIBUÍDOS E RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE LIVROS, REVISTAS E JORNAIS E EM AMBIENTAÇÃO, POR UF – 1984

UNIDADE FEDERADA	ATENDIMENTO		LIVROS DISTRIBUÍDOS	RECURSOS APLICADOS (Cr\$ 1.000)				%
	ESCOLAS	ALUNOS		LIVROS	REVISTAS E JORNAIS	AMBIENTAÇÃO	TOTAL	
BRASIL	8.580	1.627.549	842.351	2.075.264,9	1.402.199,0	486.285,7	3.963.749,6	100,0
NORTE	169	131.986	98.768	243.384,3	320.558,5	59.602,2	623.545,0	15,7
RO	80	73.786	37.350	92.032,6	110.178,8	22.108,2	224.319,6	5,7
AC	15	8.200	4.204	10.394,0	86.771,3	2.503,2	99.668,5	2,5
PA	74	50.000	57.214	140.957,7	123.608,4	34.990,8	299.556,9	7,5
NORDESTE	395	219.872	104.005	256.362,3	381.979,7	60.949,8	699.291,8	17,6
MA	79	51.579	24.009	59.173,8	107.722,2	15.495,0	182.391,0	4,6
PI	141	59.409	25.048	61.732,8	87.000,0	15.015,6	163.748,4	4,1
CE	41	33.690	16.895	41.652,0	95.913,1	10.126,8	147.691,9	3,7
AL	97	67.672	34.259	84.419,5	91.344,4	20.312,4	196.076,3	5,0
BA	37	7.522	3.794	9.384,2	—	—	9.384,2	0,2
SUDESTE	4.840	707.211	359.351	885.200,3	245.072,7	2.724,5	1.132.997,5	28,6
MG	4.555	701.608	353.417	870.545,3	175.382,7	2.000,0	1.047.928,0	26,4
SP	285	5.603	5.934	14.655,0	69.690,0	724,5	85.069,5	2,2
SUL	2.827	400.196	193.284	476.137,8	344.588,1	312.521,0	1.133.246,9	28,6
PR	2.035	257.326	129.987	320.158,0	144.844,0	275.000,0	740.002,0	18,7
SC	206	60.072	30.563	75.316,3	95.555,0	18.045,6	188.916,9	4,8
RS	586	82.798	32.734	80.663,5	104.189,1	19.475,4	204.328,0	5,1
CENTRO-OESTE	349	168.284	86.943	214.180,2	110.000,0	50.488,2	374.668,4	9,5
DF	349	168.284	86.943	214.180,2	110.000,0	50.488,2	374.668,4	9,5

FONTE: FAE – DIACOM.

**TABELA 18. BRASIL – PROGRAMA DE SALAS DE LEITURA – ATENDIMENTO ESPECIAL ÀS ESCOLAS AGRÍCOLAS E RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS – QUANTIDADE DE LIVROS DISTRIBUÍDOS E RECURSOS APLICADOS, POR UF – 1984**

UNIDADE FEDERADA	ESCOLAS AGRÍCOLAS		RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS		TOTAL DE LIVROS (A + B)	RECURSOS APLICADOS Cr\$ 1.000	%
	ATENDIDAS	QUANTIDADE DE LIVROS (A)	ATENDIDAS	QUANTIDADE DE LIVROS (B)			
BRASIL	109	11.227	31	3.193	14.420	35.521	100,0
NORTE	4	412	2	206	618	1.527	4,3
RO	1	103	—	—	103	258	0,7
AC	1	103	—	—	103	254	0,7
AM	1	103	—	—	103	254	0,7
PA	1	103	2	206	309	761	2,2
NORDESTE	22	2.266	27	2.781	5.047	12.431	35,0
MA	2	206	2	206	412	1.015	2,9
PI	2	206	6	618	824	2.029	5,7
CE	6	618	2	206	824	2.029	5,7
RN	2	206	5	515	721	1.776	5,0
PB	2	206	3	309	515	1.268	3,6
PE	4	412	—	—	412	1.015	2,9
AL	1	103	—	—	103	254	0,7
SE	1	103	—	—	103	254	0,7
BA	2	206	9	927	1.133	2.791	7,8
SUDESTE	47	4.841	2	206	5.047	12.430	35,0
MG	13	1.339	1	103	1.442	3.551	10,0
ES	3	309	1	103	412	1.015	2,9
RJ	2	206	—	—	206	507	1,4
SP	29	2.987	—	—	2.987	7.357	20,7
SUL	29	2.987	—	—	2.987	7.357	20,7
PR	10	1.030	—	—	1.030	2.537	7,1
SC	7	721	—	—	721	1.776	5,0
RS	12	1.236	—	—	1.236	3.044	8,6
CENTRO-OESTE	7	721	—	—	721	1.776	5,0
MS	1	103	—	—	103	254	0,7
MT	2	206	—	—	206	507	1,4
GO	3	309	—	—	309	761	2,2
DF	1	103	—	—	103	254	0,7

FONTE: FAE – DIACOM

### 3.10 Programa de Saúde do Escolar

**Objetivo/Metas** Estender ao escolar do 1º Grau e a sua família ações preventivas e curativas, nas áreas de medicina geral, odontologia e oftalmologia, contribuindo para a redução das taxas de evasão e repetência, ocasionadas por doenças.

**Desempenho no Período** Os recursos financeiros destinados ao programa, oriundos do BNDES/ Finsocial, totalizaram Cr\$ 4,0 bilhões, proporcionando o atendimento a 741.421 alunos nos Estados do Pará, Minas Gerais, Piauí, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, e Território Federal de Roraima, conforme Tabela 19.

**TABELA 19. BRASIL – PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR – ATENDIMENTO PROGRAMADO AOS ALUNOS, RECURSOS PROGRAMADOS E EXECUTADOS, POR UF – 1984**

UNIDADE FEDERADA	PROGRAMADO			EXECUTADO
	ALUNOS	RECURSOS		RECURSOS Cr\$ 1.000
		VALOR Cr\$ 1.000	%	
BRASIL	741.421	4.000.000	100,0	1.132.126
NORTE	192.732	750.000	18,7	346.663
Roraima	22.743	200.000	5,0	—
Pará	169.989	550.000	13,7	346.663
NORDESTE	176.889	2.050.000	51,3	495.463
Piauí	49.461	550.000	13,7	219.862
Ceará	18.000	550.000	13,7	275.601
Rio Grande do Norte	18.632	450.000	11,3	—
Alagoas	90.796	500.000	12,6	—
SUDESTE	331.800	580.000	14,5	290.000
Minas Gerais	331.800	580.000	14,5	290.000
CENTRO-OESTE	40.000	400.000	10,0	—
Distrito Federal	40.000	400.000	10,0	—
COOPERAÇÃO TÉCNICA	—	220.000	5,5	—

FONTE: FAE/DIACOM.

Nota: Os recursos "executados" foram repassados aos Estados em Nov/Dez-84. O restante o será em Jan/85.



**Considerações** O Programa de Saúde do Escolar é centrado no âmbito da escola, e destina-se, especificamente, aos alunos do Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau da Rede Oficial de Ensino. Suas ações estão sendo desenvolvidas por agentes de saúde e/ou professores, adequadamente, treinados, em articulação e com o apoio da Rede Básica de Saúde, na área, com utilização de tecnologia simplificada. A escolha da unidade escolar, como o centro básico das ações do programa, levou em consideração, principalmente, o marcante significado social da instituição escolar para a mobilização comunitária, tendo em vista a população por ela atendida — pais, alunos, e mestres, que atuam como elementos multiplicadores dos objetivos do programa.

### **3.11. Programas Especiais**

#### **3.11.1. Projeto GETAT — Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins<sup>(1)</sup>**

**Objetivos/Metas** Colaborar, técnica e financeiramente, para a realização de estudos, planejamento e execução de ações educacionais, na área de atuação do GETAT.

Dar apoio complementar ao processo ensino-aprendizagem, através da capacitação de recursos humanos, nos componentes de alimentação escolar, e de material de ensino-aprendizagem.

**Desempenho no Período** As ações do MEC/GETAT/FAE contaram, neste exercício, com recursos da ordem de Cr\$ 50 milhões, para o atendimento a 12.383 alunos; 290 professores; 100 escolas, em 26 municípios.

**Considerações** Em cumprimento ao proposto no Plano de Desenvolvimento de Ações Sócio-Educativas/Convênio MEC/GETAT/ProRondon/1984, a FAE participou do II Treinamento para Professores de 1.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> Séries do Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau, operacionalizando ações nos componentes de "Alimentação Escolar" e "Material de Ensino-Aprendizagem"

#### **3.11.2. Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste — EDURURAL/NE — III ACORDO MEC/BIRD <sup>(1)</sup>**

**Objetivos/Metas** Expandir as oportunidades educacionais.

Melhorar as condições do ensino no meio rural.

Fortalecer o processo de planejamento e administração educacional.

**Desempenho no Período** No exercício de 1984, o programa contou com recursos da ordem de Cr\$ 128,0 milhões, e foram atendidos 09 Estados, e 250 municípios, respectivamente, Alagoas (13); Bahia (36); Ceará (53); Maranhão (24); Paraíba (31); Pernambuco (29); Piauí (35); Rio Grande do Norte (14); e Sergipe (15).

#### **3.11.3. V Acordo MEC/BIRD — Programa Monhangara <sup>(1)</sup>**

O Programa Monhangara prevê o atendimento a alunos das 4 primeiras séries do Ensino Regular de 1.<sup>o</sup> Grau, em áreas selecionadas da periferia urbana das seguintes Unidades Federadas: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Goiás.

**Objetivos/Metas** Adequar a rede física das escolas; treinar Recursos Humanos; ofertar material ensino-aprendizagem, tendo em vista a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços educacionais.

<sup>(1)</sup> Participação do Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro — IRHJP/FAE.

	<p>Aumentar a produtividade do sistema escolar e a qualidade do aprendizado, reduzindo a evasão e a repetência nas séries iniciais do 1º Grau.</p> <p>Apoiar experiências que estejam voltadas, diretamente, para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais.</p> <p>Assegurar o fortalecimento institucional dos órgãos participantes do Programa.</p>
<b>Desempenho no Período</b>	<p>A FAE, com participação nos componentes de material ensino aprendizagem, e capacitação de recursos humanos, atuou em 1984, a nível de planejamento, elaborando documentação necessária ao desenvolvimento do processo de micro planejamento (MEA/RH), e a nível de execução, realizando ações de cooperação técnica, junto às 9 Unidades Federadas envolvidas no Programa com vistas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— caracterização da situação atual;</li> <li>— orientação para elaboração de projetos específicos de Material de Ensino Aprendizagem e Recursos Humanos;</li> <li>— orientação às Unidades Federadas, para a aquisição de Material de Ensino Aprendizagem destinado aos alunos, professores, salas-de-aula e salas-de-leitura;</li> <li>e</li> <li>— orientação às Unidades Federadas para a realização de cursos destinados a professores leigos, especialistas e merendeiras.</li> </ul>
<b>Considerações</b>	<p>Em 1984, a atuação da equipe da FAE, esteve, fundamentalmente, voltada para ações de planejamento, objetivando a compatibilização das diretrizes do Programa com as finalidades, objetivos, e diretrizes estabelecidas para o Sistema de Assistência ao Estudante.</p> <p>As ações de execução a serem desenvolvidas, através de cooperação técnica para as áreas de Livro Didático, Salas-de-Leitura, e Material Escolar serão desencadeadas, efetivamente, a partir de 1985.</p>

### 3.12. Programa de Pesquisas Educacionais

O Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro — IRHJP, órgão integrante da estrutura organizacional da FAE atua na linha de desenvolvimento de estudos e pesquisas, como subsídio ao processo de capacitação de Recursos Humanos.

<b>Objetivos/Metas</b>	<p>Promover a capacitação de recursos humanos, desenvolvendo programas e projetos relacionados, direta ou indiretamente, às áreas de educação básica, comunitária e educacional, e à aplicação de tecnologia educacional, em qualquer desses campos.</p>
<b>Desempenho no Período</b>	<p>Em 1984, o IRHJP gerenciou recursos da ordem de Cr\$ 1 bilhão destinados à administração, e às ações específicas de suas linhas de atuação.</p> <p>Dentre as ações básicas, destaquem-se os Projetos de Educação Pré-Escolar Comunitária; Implantação da Associação de Trabalhadores Independentes/MG; Implantação do Conselho Comunitário Ataliba Lago/MG, e Alternativas de Preparação de Alimentação Escolar.</p> <p>No campo de cooperação técnica, o Instituto participou no desenvolvimento dos Projetos Edurural/NE/III; Educação Básica, Centros Comunitários de Desenvolvimento Rural, e Programa/Escola Normal.</p>



## **Considerações**

O Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro vem oferecendo suas instalações a toda comunidade educacional, sediando não apenas as promoções decorrentes de sua própria programação como, ainda, outros eventos patrocinados por órgãos do Governo Federal e Estadual.

#### IV. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

O desempenho do orçamento da FAE durante o ano de 1984, apresentou-se como destaque na atual Administração. De um valor inicial de Cr\$ 90,0 bilhões, em janeiro, atingiu-se o montante de Cr\$ 363,0 bilhões, em dezembro, por ocasião da última reformulação oficial do orçamento, junto ao MEC, verificando-se um acréscimo de 300%, no período.

Importantes gestões junto aos Órgãos Financiadores da Educação no País possibilitaram significativo acréscimo nos recursos iniciais do orçamento da FAE, além da contribuição para uma maior eficiência no sistema de desembolso-financeiro.

Com relação à participação dos Programas da FAE, no global do Orçamento/84, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, com 75,1% do orçamento, seguido pelo Programa do Livro Didático no Ensino Fundamental — PLIDEF, com 9,1%; Programa de Material e Módulo Escolar, com 5,5%, ficando os demais programas com 10,3% dos recursos orçamentários, conforme indicam as Tabelas 20, e o Gráfico 07.

TABELA 20. FAE — EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROJETO/ATIVIDADE — 1983 — 84

PROJETO/ATIVIDADE	EXERCÍCIO				EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 83/84 (%)
	1983		1984		
	ORÇAMENTO (Cr\$ 1.000)	%	ORÇAMENTO (Cr\$ 1.000)	%	
IRHJP — Manutenção Acadêmica	137.625	0,12	1.476.685	0,41	972,98
Manutenção Administrativa da FAE	(1) 1.350.345	1,23	15.008.565	4,13	1.011,46
Saúde do Escolar	—	—	4.225.700	1,16	—
Bolsas de Estudo de 1º Grau	1.800.000	1,64	4.965.380	1,37	175,86
Livro Didático-Ens. Fundamental (PLIDEF)	4.351.896	3,97	33.006.182	9,09	658,44
Módulos Escolares	9.916.442	9,04	20.107.586	5,54	102,77
PNAE — Alimentação Escolar	87.597.775	79,84	272.970.320	75,18	211,62
Residência Estudantil	241.351	0,22	599.289	0,17	148,31
Bolsas de Estudo de 2º Grau	4.271.775	3,89	(2) 8.058.848	2,22	88,65
Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)	32.228	0,03	2.468.458	0,68	7.559,36
Associativismo Estudantil	20.626	0,02	164.049	0,05	695,35
TOTAL	109.720.063	100,00	363.051.062	100,00	230,89

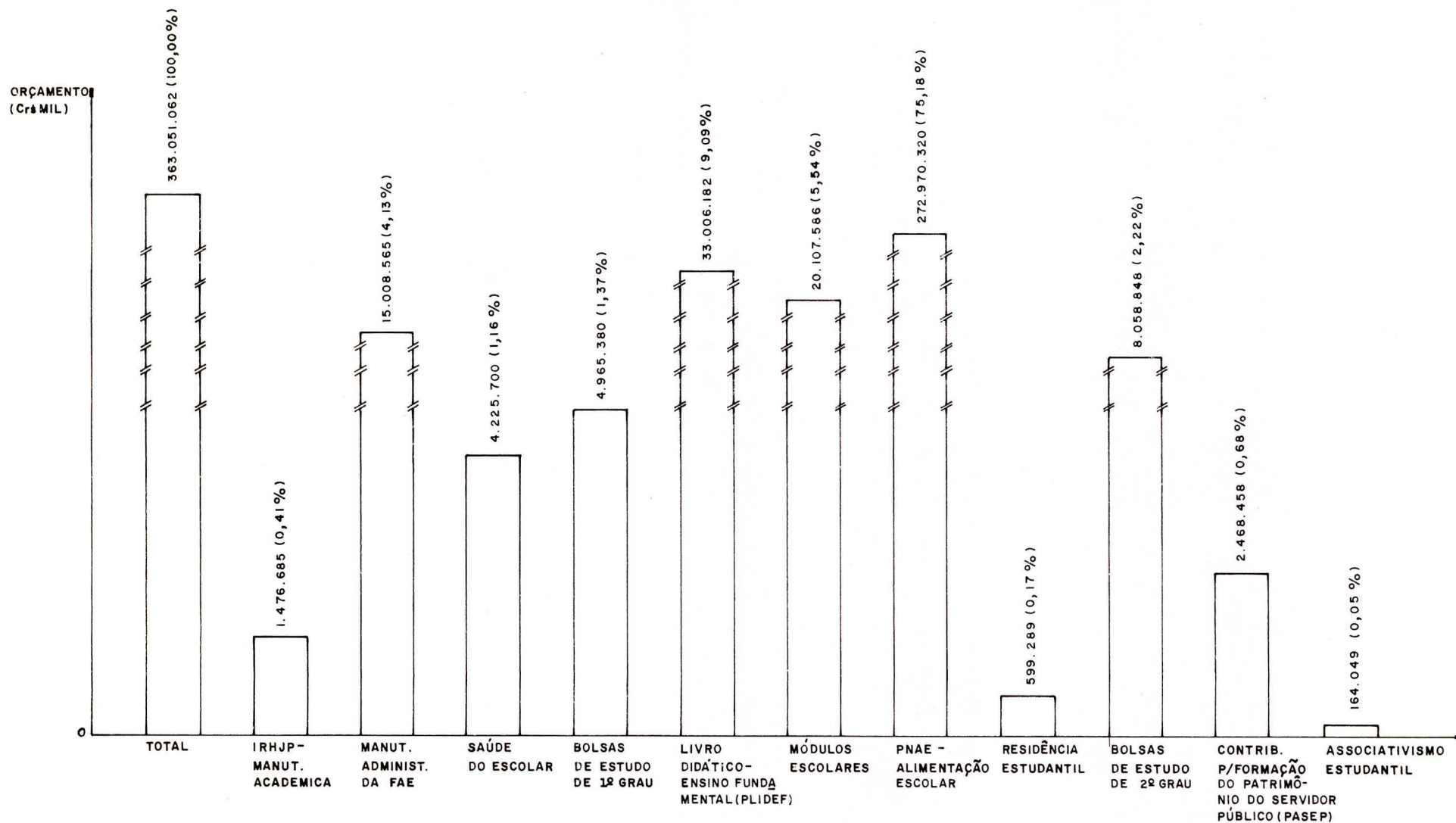
FONTE: FAE/DIPLAN/DEOR.

(1) Inclui a importância de Cr\$ 16,0 milhões referente à atividade RECUPERAÇÃO e ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS.

(2) Inclui os valores de Cr\$ 639,390 milhões para Bolsas de Trabalho, e Cr\$ 343,993 milhões, para Bolsas/ASMEC.



GRÁFICO 07. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE – FAE – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR PROJETO/ATIVIDADE – 1984.



ESCALA: 1mm : Cr\$ 82.500,0 mil

A evolução do Orçamento – exercício de 1984, tomando-se como base o ano de 1983, atingiu 230% de crescimento.

Dentre os agentes financiadores dos Programas da FAE, destacam-se o FINSOCIAL com uma participação de 70,1% (Fontes de Recurso 053 + 065), no global do orçamento; seguindo-se o FNDE com 10,6% (Fontes de Recurso 084 + 085); Recursos Diversos-Saldos de Exercícios Anteriores com 8,3%; os Recursos Próprios com 6,0%; o Tesouro com 4,5%; Recursos de Convênios com Órgãos não Federais, com 0,4%; Outros Recursos de Encargos Gerais da União, com 0,03%, e Recursos de Conveênios com Órgãos Federais, com 0,01%, conforme Tabela 21. O Gráfico 08 apresenta a síntese orçamentária, por Fonte de Recursos – exercício de 1984.

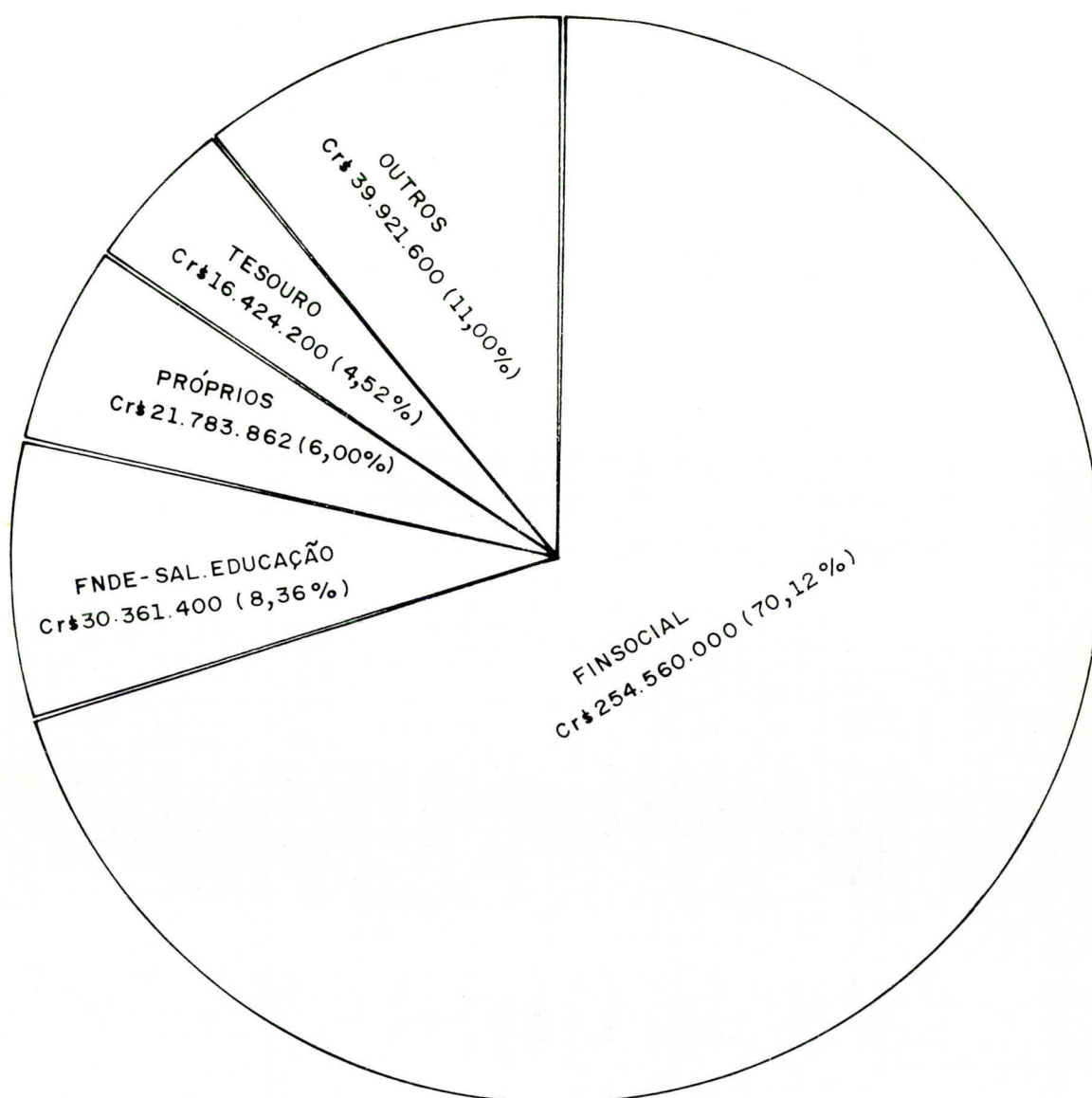


TABELA 21. FAE – EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS – 1983 - 84

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO				EVOLUÇÃO ORÇAMENÁRIA 83/84  ( % )
	1983		1984		
	ORÇAMENTO (Cr\$ 1.000)	%	ORÇAMENTO (Cr\$ 1.000)	%	
000 – RECURSOS ORDINÁRIOS – Tesouro Nacional	5.262.686	4,80	16.424.200	4,52	212,1
053 – CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL	—	—	70.000.000	19,28	—
064 – OUTROS RECURSOS DE ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO	—	—	108.000	0,03	—
065 – RECURSOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL	82.522.000	75,20	184.560.000	50,84	123,6
070 – RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS – Próprios	4.172.800	3,80	21.783.862	6,00	422,0
081 – RECURSOS DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS – Tesouro	424.086	0,39	10.000	0,01	(—) 97,6
082 – RECURSOS DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	317.695	0,29	1.491.982	0,41	369,6
083 – RECURSOS DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS – OUTRAS FONTES	3.268.100	2,98	—	—	0,0
084 – RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE	43.325	0,04	8.030.000	2,21	18.434,3
085 – RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO — Salário — Educação	12.868.153	11,73	30.361.400	8,36	135,9
090 – RECURSOS DIVERSOS – Saldos de Exercícios Anteriores	841.218	0,77	30.281.618	8,34	3.499,7
T O T A L	109.720.063	100,00	363.051.062	100,00	230,9

FONTE: FAE/DIPLAN/DEOR.

GRÁFICO 08. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE – FAE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR FONTE DE RECURSOS – 1984.



Dentre os programas que mais tiveram a sua dotação ampliada, em 1984, destacam-se o Livro Didático no Ensino Fundamental – PLIDEF com 1.076%, seguido do Programa de Bolsas de Estudos de 1º Grau com 727%; Programa de Módulos Escolares – incluindo Editoração, Aquisição de Terceiros, Fabricação Própria e Distribuição Gratuita, em 583%; e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE com 262%, conforme indica a Tabela 22.

Em 1984, foi desenvolvido, pela FAE, um trabalho de estudos e pesquisas sobre o custo “per-capita” dos programas e, após o estabelecimento das devidas correlações com a clientela estimada, para 1985, dentre outros indicadores, foi projetado o custo de cada programa. Estes indicadores somados, ainda, aos resultados de consolidação dos Planos Integrados de Assistência ao Estudante – PIAEs, elaborados pelas Secretarias Estaduais de Educação, retrataram a situação de necessidade de recursos para o desenvolvimento dos programas. Em se considerando o valor inicial dos recursos já assegurados para a FAE – exercício de 1985, num total de Cr\$ 1,2 trilhão, tem-se um crescimento de 1,297%, em relação ao Orçamento/FAE – Abertura – exercício de 1984. Todavia, estes recursos se apresentam, ainda, como insuficientes e as complementações necessárias deverão ser negociadas ao longo do período, de modo a assegurar a execução dos objetivos/metastabelecidos para a assistência ao estudante, no país.



TABELA 22. FAE – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ( INICIAL E FINAL ) E FINANCEIRA,  
POR PROJETO/ATIVIDADE – 1984

PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Cr\$ 1.000)			EMPENHADO/ PROVISIONADO (Cr\$ 1.000) (C)	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cr\$ 1.000)	
	INICIAL (A)	FINAL (B)	B/A (%)		PAGO (D)	SALDO (C – D)
IRHJP – Manutenção Acadêmica	120.400	1.476.685	1.126,5	1.310.735	1.013.903	296.832
Manut. Administ. da FAE	5.042.900	15.008.565	197,6	14.020.516	13.174.245	846.271
Saúde do Escolar	—	4.225.700	—	2.367.700	1.269.827	1.097.873
Bolsas de Estudo de 1º Grau	600.000	4.965.380	727,6	4.965.380	4.965.380	—
Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF)	2.806.200	33.006.182	1.076,2	31.055.918	18.086.665	12.969.253
Módulos Escolares	2.944.000	20.107.586	583,0	16.860.281	10.756.197	6.104.084
PNAE – Alimentação Escolar	75.440.000	272.970.320	261,8	272.258.702	171.325.121	100.933.581
Residência Estudantil	265.600	599.289	125,6	599.288	559.288	40.000
Bolsas de Estudo de 2º Grau	3.500.000	8.058.848	130,3	8.058.732	8.058.732	—
Contrib. para Formação do Patrimônio do Serv. Público (PASEP)	50.000	2.468.458	4.836,9	2.468.455	1.434.328	1.034.127
Associativismo Estudantil	—	164.049	—	164.048	162.548	1.500
TOTAL	90.769.100	363.051.062	300,0	354.129.755	230.806.234	123.323.521

FONTE: FAE/DIPLAN/DEOR.

## **V. DESEMPENHO ADMINISTRATIVO**

A área administrativa voltou todo o seu esforço para o desenvolvimento de estratégias capazes de possibilitar o cumprimento da diretriz prioritária da nova Fundação — consolidar a implantação da entidade — condição fundamental para o exercício de suas funções, definidas no Regimento Interno, aprovado em 09 de fevereiro de 1984.

Com a institucionalização da FAE, algumas atividades de suporte administrativo da antiga Fundação Nacional de Material Escolar — FENAME foram incorporadas àquelas já existentes, exigindo medidas urgentes, capazes de permitir uma maior agilização dos processos gerenciais da FAE e, conseqüentemente, o cumprimento das diretrizes estabelecidas, para o exercício.

### **RECURSOS HUMANOS**

**PCS — PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS** A elaboração, aprovação e implementação do Plano de Cargos e Salários — PCS, permitiu regularizar as situações de vínculo empregatício dos servidores, através de um redimensionamento das ações inerentes a área de pessoal. Este Sistema abriga, hoje, 850 servidores, incluindo aqueles integrantes do Quadro de Pessoal da extinta FENAME. Além disso, foi efetuado o remanejamento de 194 servidores para outros órgãos do Ministério da Educação e Cultura, tais como: FUNARTE, INACEN, Fundação Pró-Memória e FUNTEVÊ, nos casos de não opção pela Fundação, bem como mantidos os que optaram pela permanência na FAE/RJ.

**PLANO DE BENEFÍCIOS** O Plano de Benefícios para os servidores, recentemente implantado, já tem como ações concretas a assinatura, junto à Divisão de Ação Social/MEC, do Termo de Adesão ao Serviço de Assistência Médica, no valor de Cr\$ 44,1 milhões; a criação da Associação dos Servidores, encarregada do desenvolvimento do Plano de Benefícios; a concessão de uniformes para os servidores de apoio administrativo; o empréstimo pessoal/Banco Real; transporte para os servidores; e auxílio-alimentação, através da manutenção de Restaurante, junto à FAE/RJ.

**CURSOS** Foram ministrados vários cursos aos servidores sobre Legislação da FAE, Legislação Previdenciária, Procedimentos e Controle de Processos, dentre outros.

### **SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS**

**PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO** Houve uma ênfase no tocante ao tratamento da informação, visando subsidiar as decisões gerenciais com dados confiáveis, o que resultou na ativação,



junto à Diretoria de Planejamento, do Departamento de Pesquisa e Documentação, responsável pela administração, coordenação, controle e avaliação dos processos de coleta, tratamento, geração e disseminação de documentos, e dados da organização.

#### CPD – CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

O Centro de Processamento de Dados foi estruturado, a partir da aquisição de um mini computador, e da formação de uma equipe de Operação e Desenvolvimento do Sistema de Informações da FAE. Este Sistema utiliza, hoje, 32 terminais de "vídeo", e suas impressoras seriais, permitindo aos usuários, internos, da Organização a operação de seus subsistemas, inclusive, daqueles localizados em Belo Horizonte/MG, e Rio de Janeiro, mediante o uso de teleprocessamento. Na área da informática, nesta linha de consolidação da estrutura administrativa e padronização de informações, já foram implantados os sistemas de operação básicos.

#### SISTEMAS EM OPERAÇÃO

Mala Direta; Controle de Convênios, Contratos, Acordos e Termos Aditivos; Cadastro de Pessoal – PCS; Folhas de Pagamento; Contabilidade; Execução Orçamentária e Financeira; Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental – Plidef; Controle de Postos de Venda; Referências Bibliográficas; Bolsas de 1º e 2º Grau; e Patrimônio.

#### MANUAIS

Foram produzidos os Manuais de Procedimentos e Normas Administrativas relativos à própria elaboração de Manuais e Normas; Licitação; Material Permanente; Material de Consumo; Execução Orçamentária e Financeira; Administrativas; Atividades Auxiliares; Atos e Correspondências Oficiais; Transportes; Roteiro Básico para o Desenvolvimento de Sistemas Computadorizados; Documentação de Sistemas; e Manual de Organização.

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Foi significativo o avanço em relação à divulgação interna e externa dos programas da FAE, através do material produzido na área de Comunicação social, bem como das promoções introduzidas, contribuindo para facilitar o conhecimento da Organização.

#### INFORME FAE

A divulgação envolveu a criação de diversas peças dentre as quais destacam-se o "INFORME/FAE", que disseminou os acontecimentos da FAE, sob quatro formas: INFORME FAE Semanal, com tiragem de 6.000 exemplares – foi enviado a todas as entidades envolvidas direta ou indiretamente com os programas de assistência ao estudante; INFORME FAE Técnico, tiragem de 1.000 exemplares, e sem periodicidade definida; INFORME FAE Especial, com tiragem de 1.000 exemplares; INFORME FAE Interno, com tiragem de 800 exemplares, para a divulgação de assuntos específicos para os servidores, além de "folders" sobre eventos institucionais.

#### CAMPANHA "VOLTA ÀS AULAS"

Dentre as promoções, vale ressaltar a realização da Campanha "Volta às Aulas", que divulgou o material didático-pedagógico da Fundação, utilizando-se de diversos instrumentos: cartazes, informes, "folders", panfletos, e outros, com distribuição em todas as Unidades Federadas, que dispõem de Postos de Venda.

#### PRÊMIO FAE

O Prêmio FAE de Pesquisa Estudantil de 1º e 2º Grau, compreendeu o concurso realizado em colaboração com as Secretarias de Educação das Unidades Federadas de todo o País, e teve como objetivo estimular a atividade intelectual e a prática da pesquisa e redação. O concurso compreendeu duas etapas sendo, a primeira, no início do ano letivo, voltado para o 1º Grau e, a segunda, no início de agosto, para alunos do 2º Grau. Em cada grau de ensino foram premiados os três primeiros classificados, e dadas, ainda, três menções honrosas. A premiação foi feita em cerimônia pública, promovida pela FAE e a Secretaria Estadual de Cultura da Unidade Federada vencedora. Em 1984, foram premiados os vencedores da 2ª etapa de 83: em Curitiba, Colégio Dom Bosco, (1º colocado), e o 2º colocado, do Centro Educacional

n.º 7 — Ceilândia—DF. Os temas escolhidos, em 1984, foram: “A Importância da Nutrição na Saúde e na Aprendizagem” — 1.º Grau; e o “Meu Município” — 2.º Grau. Na primeira etapa, os vencedores foram dois alunos, sendo um do Paraná, e outro do Maranhão. Na segunda, a vencedora foi uma aluna do Colégio Dom Aguirre — Sorocaba/SP.

## ÁREA JURÍDICA

No desenvolvimento de suas atividades de rotina, como emissão de pareceres e informações, esta área tem extrapolado as suas funções, atuando, muitas vezes como uma Procuradoria, tendo acompanhado, em 1984, 4 (quatro) ações judiciais, em Brasília; 3 (três) ações trabalhistas, sendo 2 (duas) em Manaus, e 1 (uma) em Santa Catarina; 1 (uma) ação ordinária de indenização, na Justiça Federal — Brasília; 2 (dois) procedimentos judiciais em Brasília. Participou, ainda, efetivamente, de 2 (duas) Comissões de Inquérito, e apreciou procedimentos e relatórios de mais 4 (quatro) outras Comissões de Inquérito.

Vale, ainda, citar a regulamentação das Representações da FAE nas Unidades Federadas, tendo em vista que os resultados avaliativos, determinantes do processo de descentralização, indicaram a necessidade de desativar as Representações nos Territórios Federais de Roraima e Amapá, bem como nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com vistas a fortalecer esta diretriz de ação, uma vez que a execução dos Programas, hoje, se acha a cargo das Secretarias de Educação das Unidades Federadas.

Aquelas que permaneceram tiveram as suas missões e competências definidas, nos termos da Portaria FAE n.º 224, de 31.05.84.

## ÓRGÃOS COLEGIADOS

Uma das primeiras providências, após a aprovação do Regimento Interno da Fundação de Assistência ao Estudante, foi a regulamentação e instalação dos Conselhos Deliberativo, e Fiscal.

### CONSELHO DELIBERATIVO

Composto pelos Presidente da FAE; Secretária de 1.º e 2.º Graus/SEPs/MEC; Secretário de Modernização Administrativa — SMA/MEC; e Presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL. Teve sua instalação, em 07 de fevereiro de 1984 e, durante este exercício, realizou 01 (uma) reunião ordinária, e 08 (oito), extraordinárias, aprovando 25 (vinte e cinco) Resoluções.

### CONSELHO FISCAL

É formado por um Presidente, representante do MEC, e 2 (dois) Conselheiros, sendo um do MEC, e um Contador não ligado à área de educação. Teve sua instalação, em 25 de abril de 1984 e, durante este exercício, realizou 08 (oito) reuniões ordinárias, e 01 (uma) extraordinária, para examinar, dentre outros documentos, os Balancetes dos meses de janeiro a novembro, referentes à execução Orçamentária e Financeira da FAE — exercício/1984.



## VI. CONCLUSÃO

O exercício de 1984 deve ser considerado, para a Fundação de Assistência ao Estudante, como um ano de realizações de grande impacto. Impacto, no sentido da FAE ter encontrado o ponto fundamental para restabelecer a trajetória de suas ações, seja pelo redimensionamento de seus programas, seja pela abordagem educacional, com uma visão sócio-econômica mais ampla, em abandono da visão meramente assistencialista.

Realizações, no sentido de que todos os pressupostos que orientaram essa nova filosofia se acham, hoje, consubstanciados em providências e medidas concretas, como as levantadas neste Relatório e, dentre elas, cabe maior ênfase a descentralização, e a regionalização, que permitiram resgatar, para a Administração Federal, a confiança dos dirigentes estaduais e municipais, no campo da assistência ao educando.

As estratégias de descentralização, e de regionalização foram operacionalizadas com o entendimento de que não basta a simples utilização dos recursos comunitários, mas, sim, a participação, de forma voluntária, e consciente em todas as ações educacionais.

Esta proposta concreta de trabalho se traduziu na abertura institucional que a FAE mereceu dos demais órgãos, e instituições envolvidos no Sistema, pois o que se buscou foi a integração de todos, numa ação coletiva e organizada, onde os recursos existentes, ou potenciais foram utilizados, com o fim de promover mudanças substanciais na dinâmica da assistência ao estudante.

Ainda merece destaque, a estratégia de elaboração dos Planos Integrados de Assistência ao Estudante — PIAEs, a cargo de cada Secretaria Estadual de Educação, e que se constituiu no principal instrumento facilitador da implementação da Diretriz-Descentralização/Regionalização dos Programas de Assistência ao Estudante.

Todas as propostas se concretizaram, no sentido de uma integração, e articulação cada vez mais fortalecida entre a União, o Estado, o Município, e a Comunidade. Os interesses e esforços se voltaram para a busca de caminhos alternativos capazes de possibilitar ao Sistema Educacional Brasileiro uma contribuição, no sentido de permitir não só o cumprimento do preceito da escolarização obrigatória, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, mas, e sobretudo, um apoio aos Sistemas de Ensino, tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Se, essas políticas, diretrizes, e estratégias de ação permitiram um melhor atendimento às solicitações e expectativas dos sistemas de ensino, isto, se deve ao alto compromisso assumido pelas Secretarias de Educação das Unidades Federadas; e muitos foram os resultados, neste curto prazo.

O desenvolvimento de uma consciência crítica da importância de uma concepção estrutural e programática, no tratamento das ações de assistência ao estudante, de forma global, inserindo-as no contexto do Sistema Educacional, por si só, se constituiu na condição essencial para a concretização das missões da FAE.

O resultado de ações no campo educacional exige muito esforço, trabalho e tempo, que só se justificam na medida que permitem alcançar um desenvolvimento sócio-econômico auto-sustentável e, é nesta direção que caminharam todas as ações da Fundação de Assistência ao Estudante.